

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

ODETE ERNESTINA PEREIRA

**Descrição de coleções arquivísticas em bibliotecas: estudo a partir da Coleção
Província Cisplatina da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin**

SÃO PAULO

2022

ODETE ERNESTINA PEREIRA

**Descrição de coleções arquivísticas em bibliotecas: estudo a partir da Coleção
Província Cisplatina da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin**

Monografia apresentada ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Profa. Dra. Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos.

SÃO PAULO

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Pereira, Odete Ernestina
Descrição de coleções arquivísticas em bibliotecas:
estudo a partir da Coleção Província Cisplatina, da
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin / Odete
Ernestina Pereira; orientadora, Cibele Araújo Camargo
Marques dos Santos. - São Paulo, 2022.
67 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Informação e Cultura / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Arquivos. 2. Bibliotecas. 3. Instrumentos de
pesquisa. 4. Província Cisplatina. 5. Representação da
Informação. I. Santos, Cibele Araújo Camargo Marques dos
. II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

ODETE ERNESTINA PEREIRA

Descrição de coleções arquivísticas em bibliotecas: estudo a partir da Coleção
Província Cisplatina da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Monografia apresentada ao Departamento de
Informação e Cultura da Escola de
Comunicações e Artes, da Universidade de
São Paulo, para a obtenção do título de
bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Profa. Dra. Cibele Araújo
Camargo Marques dos Santos.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de São Paulo e às professoras e professores do Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes, pela oportunidade de acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade.

À professora Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos, por sua orientação segura e apoio a esta pesquisa.

À Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin pela oportunidade de estágio, em particular aos bibliotecários Eliane Kano, Jeanne Beserra Lopez e Rodrigo Moreira Garcia.

À professora Heloísa Liberalli Bellotto, pela acolhida e generosidade em dividir o trabalho de elaboração do Catálogo da Coleção Província Cisplatina comigo.

Às colegas de Departamento Greicyene Hamaguchi Ueki e Mariana Vieira Venturole, por participarem comigo desta jornada.

À Claudia Maria Correa, amiga e parceira de todas as horas.

Aos meus pais, José Inácio (*in memoriam*), e Clementina, pelo amor incondicional e por acreditarem na educação.

Ao Salvador e à Sofia, sempre.

RESUMO

Bibliotecas e arquivos são considerados, juntamente com os museus, instituições responsáveis pela guarda e preservação de uma parte significativa do patrimônio cultural da humanidade. Embora cada uma destas instituições aplique metodologias de trabalho especificamente desenvolvidas para a descrição de seus documentos, são comuns situações em que estes acervos se encontram. O presente trabalho visa explorar os pontos de aproximação entre as áreas de Arquivística e Biblioteconomia, tendo como foco a produção do catálogo da Coleção Província Cisplatina, conjunto documental do início do século XIX, referente ao período de ocupação das tropas luso-brasileiras na chamada Banda Oriental do Rio Uruguai, pertencente ao acervo do Arquivo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) da Universidade de São Paulo (USP). Apresenta proposta para inclusão dos documentos desta coleção no Banco de Dados Bibliográficos da USP utilizando o formato MARC 21, bem como a incorporação dos documentos à Biblioteca Digital da BBM. O resultado do estudo indica que, no caso de coleções arquivísticas, é possível proceder a um processo duplo de catalogação e produção de instrumentos de pesquisa, de forma a amplificar as oportunidades de acesso dos usuários aos documentos.

Palavras-chave: Arquivos. Bibliotecas. Instrumentos de pesquisa. Província Cisplatina. Representação da Informação.

ABSTRACT

Libraries and archives are considered, along with museums, responsible for keeping and preserving a significant part of the cultural heritage of humanity. Although each of these institutions applies working methodologies specifically developed for the description of their documents, situations in which these collections meet are common. This paper aims to explore the points of approach between the areas of Archiving and Librarianship, focusing on the production of the catalog of the Collection Província Cisplatina, a set of documents from the early nineteenth century, concerning the period of occupation of Luso-Brazilian troops in the so-called Banda Oriental of Uruguay River, belonging to the collection of the Archive of the Biblioteca Brasileira Guita and José Mindlin (BBM) of the University of São Paulo (USP). It presents a proposal for including the documents from this collection in the Bibliographic Database of USP using the MARC 21 format, as well as the incorporation of the documents to the Digital Library of the BBM. The result of the study indicates that, in the case of archival collections, it is possible to proceed to a double process of cataloging and production of finding aids, in order to amplify the opportunities of user access to the documents.

Keywords: Archives. Libraries. Finding aids. Cisplatine Province. Information Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Volumes da Coleção Província Cisplatina	26
Figura 2 - Volumes da Coleção Província Cisplatina	26
Figura 3 – Primeira página da listagem inicial dos documentos da Coleção Província Cisplatina	28
Figura 4 - Volume relativo ao verbete número 20 da Coleção Província Cisplatina	34
Figura 5 - Volume relativo ao verbete número 139 da Coleção Província Cisplatina	35
Figura 6 - Primeira página Gazeta Universal, verbete 77 da Col. Província Cisplatina	37
Figura 7 - Registro de documento disponível no catálogo da Biblioteca Nacional	44
Figura 8 - Registro de documento disponível no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.....	45
Figura 9 - Registro de documento disponível na biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França..	46
Figura 10 - Reprodução de detalhe de página de coleção da NYPL	47
Figura 11 - Reprodução de detalhe de página de instrumento de pesquisa da NYPL.....	48
Figura 12 - Reprodução de detalhe de página da biblioteca virtual da NYPL	49
Figura 13 - Tela de registro de documento da Col. Província Cisplatina no Dedalus (padrão).....	53
Figura 14 - Tela de registro de documento da Col. Província Cisplatina no Dedalus (MARC).....	54
Figura 15 - Tela de entrada da Biblioteca Digital da BBM para a Col. Província Cisplatina	58
Figura 16 - Tela de registro de volume da Col. Província Cisplatina na Biblioteca Digital da BBM ...	59
Figura 17 – Registro Dedalus com link para biblioteca digital	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ficha de coleta de dados do primeiro volume da Coleção Província Cisplatina.....	31
Quadro 2 - Verbetes nº 20 da Coleção Província Cisplatina.....	33
Quadro 3 - Verbetes nº 139 da Coleção Província Cisplatina (continua)	34
Quadro 4 - Verbetes nº 139 da Coleção Província Cisplatina (conclusão)	35
Quadro 5 - Verbetes nº 77 da Coleção Província Cisplatina e indexação (continua)	36
Quadro 6 - Verbetes nº 77 da Coleção Província Cisplatina e indexação (conclusão)	37
Quadro 7 - Verbetes nº 1 da Coleção Província Cisplatina e indexação	38
Quadro 8 - Bibliotecas que possuem coleções arquivísticas em seus acervos	42
Quadro 9 - Campos da ficha da Coleção Província Cisplatina e Campos MARC 21 (continua)	51
Quadro 10 - Campos da ficha da Coleção Província Cisplatina e Campos MARC 21 (conclusão)	52
Quadro 11 - Verbetes nº 87 da Coleção Província Cisplatina.....	53
Quadro 12 - Indexação no catálogo da Col. Província Cisplatina e no Dedalus (continua).....	55
Quadro 13 - Indexação no catálogo da Col. Província Cisplatina e no Dedalus (conclusão).....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i>
ABCD	Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais
BBM	Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin
Dedalus	Banco de Dados Bibliográficos da USP
ICA	<i>International Council on Archives</i>
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
ISAD(G)	<i>International Standard Archival Description (General)</i>
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NYPL	<i>New York Public Library</i>
RNOD	Registro Nacional de Objetos Digitais
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Problema de pesquisa	9
1.2 Hipótese de pesquisa	10
1.3 Objetivos	10
1.4 Justificativa	11
1.5 Metodologia	11
1.6 Estrutura e organização do trabalho	12
2 BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS: PONTOS DE CONTATO E DIVERGÊNCIAS	13
2.1 Memória e documentos como fatores em comum	13
2.2 Arquivos e bibliotecas	16
2.3 Arquivologia: conceitos básicos	19
3 A BIBLIOTECA INDISCIPLINADA DE GUITA E JOSÉ MINDLIN E A COLEÇÃO PROVÍNCIA CISPLATINA	24
4 COLEÇÃO PROVÍNCIA CISPLATINA: ORGANIZAÇÃO E DESCRIÇÃO	28
4.1 Coleção Província Cisplatina: sistematização dos dados	29
4.2 Coleção Província Cisplatina: descrição dos documentos	31
5 COLEÇÃO PROVÍNCIA CISPLATINA: INCLUSÃO NO BANCO DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS DA USP	40
5.1. Acervos arquivísticos em bibliotecas	40
5.2 Coleção Província Cisplatina: inserção no Dedalus	50
5.3 A Coleção Província Cisplatina na Biblioteca Digital da BBM	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE A - Cronologia Província Cisplatina	

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos, assim como bibliotecas e museus, são responsáveis pela guarda e preservação de parte significativa do patrimônio cultural da humanidade. Embora cada uma destas instituições aplique metodologias de trabalho especificamente desenvolvidas para a descrição de seus acervos, todo museu tem seu arquivo, arquivos pessoais eventualmente contam com livros e objetos que pertenceram a seus titulares, bibliotecas podem ter em seu acervo coleções arquivísticas.

Embora cada área tenha pressupostos teóricos próprios, evidencia-se, pela prática, que muitas vezes é necessário estabelecer um diálogo entre elas, de forma a resolver as questões que se colocam no fazer profissional.

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu a partir da minha experiência como estagiária no setor de arquivo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), da Universidade de São Paulo, que possui em seu acervo uma série de arquivos pessoais de intelectuais e pesquisadores brasileiros, bem como os arquivos do casal Mindlin. Além destes documentos, fazem parte do arquivo da BBM coleções e itens avulsos, relativos a diferentes períodos da história do Brasil.

Durante o estágio, tive a oportunidade de trabalhar na descrição da Coleção Província Cisplatina, conjunto documental do início do século XIX, referente ao período de ocupação das tropas luso-brasileiras na chamada Banda Oriental do Rio Uruguai. Ao realizar o trabalho, foi possível perceber que, além de seguir os princípios que norteiam a descrição de documentos arquivísticos, seria importante também estabelecer relações entre o conteúdo deste conjunto documental com o restante do acervo da biblioteca, bem como incentivar a criação de mecanismos de divulgação deste conjunto documental junto à comunidade acadêmica.

1.1 Problema de pesquisa

Em sua maior parte, os documentos do arquivo BBM mantêm estreita relação com o acervo bibliográfico, seja por estarem relacionados com a própria formação da biblioteca (no caso dos acervos de Guita e José Mindlin), por fazerem parte dela (no caso de coleções ou documentos avulsos), ou ainda por dialogarem com itens do acervo, como é o caso dos arquivos pessoais doados à biblioteca. É importante salientar que estes documentos fazem

parte do acervo da biblioteca, não se confundindo com o arquivo administrativo da mesma.

Diferentemente de museus e bibliotecas, que tratam cada item do acervo de forma individualizada (ainda que no caso dos acervos museológicos existam as coleções), um fator que diferencia a documentação arquivística é o tratamento dos documentos por conjuntos, respeitando sempre a proveniência dos mesmos, o contexto de sua produção e, na medida do possível, sua organização original.

Sendo assim, pergunta-se: como uma coleção arquivística pode ser inserida no acervo de uma biblioteca, sem perder suas características de documentos de arquivo? É possível fazer isto descrevendo os documentos de arquivo por conjuntos, ou é necessário fazer a descrição do item documental?

1.2 Hipótese de pesquisa

A hipótese neste trabalho considera que o acesso a coleções arquivísticas pertencentes a acervos de bibliotecas pode ser ampliado com a adoção de um duplo processo de descrição e catalogação dos documentos, desde que respeitadas as diferentes metodologias utilizadas pela Biblioteconomia e pela Arquivística.

1.3 Objetivos

(1) Objetivo Geral:

- Identificar procedimentos e instrumentos para a organização e representação de documentos de arquivo pertencentes ao acervo de uma biblioteca, de forma que seja possível estabelecer uma relação entre documentos arquivísticos e bibliográficos

(2) Objetivos específicos

- Caracterizar acervos arquivísticos e bibliográficos, identificando seus pontos de convergência e diferenças;
- Realizar levantamento bibliográfico relativo aos conceitos básicos da teoria arquivística;
- Apresentar exemplos da descrição documental feita para o catálogo da Coleção

Província Cisplatina, do arquivo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin;

- Propor um conjunto de procedimentos que possibilitem a pesquisa entre os acervos do arquivo e bibliográfico da BBM, utilizando, para tanto, os recursos de extroversão do acervo já utilizados pela BBM.

1.4 Justificativa

O acervo de uma biblioteca especializada, como é o caso da BBM, não se restringe à sua coleção bibliográfica. Para traduzir sua importância para o usuário, é necessário possibilitar que relações sejam estabelecidas não só entre seus livros, mas também entre os diversos documentos que a compõem, incluindo não só os documentos de arquivo que fazem parte da sua coleção, mas também demais documentos que se relacionam com o acervo bibliográfico e sua própria gênese. Para tanto, cabe ao profissional da informação organizar e representar as informações contidas nos diferentes acervos, possibilitando que os usuários e pesquisadores estabeleçam tantas relações quanto forem possíveis.

1.5 Metodologia

- **Estudo exploratório da literatura**, em artigos científicos, livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso das áreas da Biblioteconomia e Arquivologia, buscando caracterizar as diferenças e convergências entre as áreas e sistematizar conceitos relativos à teoria arquivística, tais como “arquivo”, “coleção”, “descrição” e “catálogo”;
- **Estudo de caso**, focando na descrição e elaboração do catálogo da coleção Província Cisplatina pertencente ao arquivo da BBM, no que concerne à sua estrutura e conteúdo;
- **Relato** do processo de desdobramento do catálogo para inserção dos documentos pertencentes à Coleção Província Cisplatina em base de dados bibliográfica e na Biblioteca Digital da BBM, com o objetivo de atingir um público mais amplo do que o que usualmente frequenta a biblioteca.

1.6 Estrutura e organização do trabalho

Na primeira seção é apresentada a *Introdução*, na qual são expostos os motivos e significações da pesquisa desenvolvida. Apresenta-se os elementos que compõem o problema de pesquisa, hipótese de pesquisa, objetivos, justificativa e metodologia.

Na segunda seção, *Bibliotecas, arquivos e museus: pontos de contato e divergências*, são abordados, a partir de pesquisa bibliográfica, dois pontos em comum entre as três instituições: a ideia de memória e de documento. Este último, contudo, pode ser ao mesmo tempo ponto de contato e divergência entre bibliotecas e arquivos, dependendo do tratamento dado à informação. Outros pontos de divergência entre a Arquivística e a Biblioteconomia são apresentados, tais como a forma de entrada dos documentos em cada tipo de instituição, sua organização física e forma de tratamento dado aos diferentes tipos de documentos. A seguir, são mostrados os conceitos básicos da Arquivologia, incluindo a descrição de diferentes instrumentos de pesquisa.

A terceira seção, *A biblioteca indisciplinada de Guita e José Mindlin e a Coleção Província Cisplatina*, traça um breve histórico da formação da biblioteca e apresenta a coleção que é objeto de estudo do presente trabalho.

A quarta seção, *Coleção Província Cisplatina: organização e descrição*, detalha o processo de elaboração do catálogo da coleção, desde a etapa de levantamento de dados, passando pela redação dos verbetes que compõem o instrumento de pesquisa e a indexação dos assuntos e nomes presentes nos documentos descritos.

A quinta seção, *Coleção Província Cisplatina: inclusão no Banco de Dados Bibliográficos da USP*, relata o levantamento feito para estudar a viabilidade de inclusão dos documentos da coleção na base de dados bibliográficos da Universidade de forma a não descaracterizar o conjunto documental a que pertencem, o processo de catalogação destes materiais e sua posterior inserção na biblioteca digital da instituição.

Por fim, a seção seis apresenta as *Considerações finais* acerca da experiência do duplo processo de descrição e catalogação dos documentos da coleção e aponta possíveis desdobramentos do trabalho.

2 BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS: PONTOS DE CONTATO E DIVERGÊNCIAS

A origem de bibliotecas, arquivos e museus muitas vezes se confunde. Desde a Antiguidade, é possível observar iniciativas no sentido de preservar registros materiais resultantes das atividades de uma sociedade. A criação de instituições que hoje chamamos de bibliotecas ou arquivos geralmente está ligada ao momento da passagem da oralidade para a escrita e à consequente necessidade de documentar os saberes ou de provar determinadas transações envolvendo bens e propriedades. Já a criação dos primeiros museus está comumente associada ao hábito do colecionismo, desenvolvido nas sociedades antigas. Assim, durante toda a Antiguidade e Idade Média, não havia grande diferença entre as instituições que custodiavam estes registros materiais. (ARAÚJO, 2010; ORTEGA, 2004).

Ao longo do tempo, contudo, a necessidade de lidar com os diferentes acervos fez com que estas instituições adotassem uma série de procedimentos e métodos. Ainda que estes procedimentos tivessem um caráter prático, isto fez com que fossem consolidadas, a partir do século XIX, as bases das futuras disciplinas: biblioteconomia, arquivologia e museologia.

Desta forma, durante boa parte do século passado, houve uma separação, “nem sempre muito nítida, entre o bem cultural, bem informacional e bem documental. Assim, deixava-se a cultura para os museus, a informação para a biblioteca e os documentos administrativos para os arquivos.” (DOBEDEI, 2015, p. 3).

Por mais que existam elementos que, de fato, diferenciam estas três instituições, é possível observar que, no fazer diário dos profissionais, muitas vezes estas diferenças não são tão evidentes, fazendo com que seja necessário criar soluções para o tratamento dos seus acervos que transitem entre elas.

Nesta seção, abordaremos, inicialmente, os principais pontos que convergem ou diferem entre as três instituições.

2.1 Memória e documentos como fatores em comum

Bibliotecas, arquivos e museus têm como atribuições básicas as tarefas de reunir, organizar, dar acesso e preservar o patrimônio cultural sob sua guarda. Em comum, parecem compartilhar também, em sua origem, a ideia de memória.

O historiador francês Pierre Nora, atribui aos arquivos, e por extensão às bibliotecas e museus, a característica de “lugares de memória”, não tanto (ou somente) por seu caráter material e funcional, mas também por seu caráter simbólico. Para Nora, quanto menos a memória é vivida no interior de uma sociedade, mais ela se apoia em suportes externos e de referências que sejam tangíveis. Daí a necessidade contemporânea do arquivo enquanto espaço de preservação da memória do presente e do passado, fazendo com que uma definição possível de memória seja “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.” (NORA, 1993, p. 21).

O também historiador Jacques Le Goff, ao discorrer sobre a questão da memória dentro do contexto da evolução da escrita e do desenvolvimento urbano, afirma:

Os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas e museus. Zimrilim (cerca de 1782-59 a.C.) fez do seu palácio de Mari, onde foram encontradas numerosas tabuletas, um centro arquivístico. Em Ras Shamra, na Síria, as escavações do edifício dos arquivos reais de Ougarit permitiram encontrar três depósitos de arquivos no palácio: arquivos diplomáticos, financeiros e administrativos. Nesse mesmo palácio havia uma biblioteca no II milênio antes da nossa era e no século VII a.C. era célebre a biblioteca de Assurbanipal em Nínive. Na época helenística brilham a grande biblioteca de Pérgamo e a célebre biblioteca de Alexandria, combinada com o famoso museu, criação dos Ptolomeu. (LE GOFF, 1984, p. 18).

O mesmo conceito é utilizado pelo bibliotecário Lorcan Dempsey, ao afirmar que as “instituições de memória” contêm, em suas coleções a “memória de povos, comunidades, instituições e indivíduos, o patrimônio científico e cultural e os produtos resultantes de nossa imaginação, arte e aprendizado.” (DEMPSEY, 2000).

Segundo Peter Homulos (1990), bibliotecas, museus e arquivos, embora com necessidades específicas estariam, enquanto instituições coletoras, em um mesmo espectro, sendo que em cada uma das extremidades estariam as bibliotecas e os museus, enquanto que os arquivos estariam posicionados mais ao centro, sendo virtualmente impossível distinguir onde começa um tipo de instituição e outro deixa de funcionar. Segundo o autor, questões como natureza das coleções, conteúdo das informações, padronização de processo de catalogação (automação) e tipos de público, que durante muito tempo afastaram estas duas instituições, estariam sendo revistas, a partir do gerenciamento da informação com o uso de novas tecnologias. Dentro desta perspectiva, o autor pouco detalha sobre as diferentes funções exercidas pelos arquivos, posicionando-os ora mais próximos a um ou outro dos dois extremos do espectro.

Birger Hjørland, acrescenta a questão da seletividade daquilo que é custodiado em instituições de memória, destacando o potencial informativo do que seria um segundo ponto de convergência entre as três instituições: o documento.

Informação não é uma coisa, mas todas as coisas podem ser informativas - em maior ou menor grau, e sempre apenas do ponto de vista de situações específicas. Coisas que são geralmente consideradas importantes devido às suas potencialidades informativas podem ser designadas como documentos, e se forem consideradas coletivamente importantes, são recolhidas, organizadas, recuperados e divulgados por arquivos, bibliotecas, museus, revistas, bases de dados, e outros tipos de instituições de memória. (HJORLAND, 2000, p. 35).

Ao estudar questões relacionadas ao trabalho de análise e descrição de documentos audiovisuais, Johanna Smit (1993) criou a expressão “3 Marias” como uma forma didática de se referir às áreas de museologia, arquivística e biblioteconomia e documentação, afirmando que muito se discutia sobre as diferenças entre as três, mas pouco se falava sobre os momentos de aproximação entre elas. Posteriormente, ela voltou ao tema, assinalando o documento como um ponto de aproximação entre as áreas:

As 3 Marias não nasceram separadas. Afastaram-se ao longo do tempo. Ao que tudo indica, as primeiras "bibliotecas" acumulavam tanto materiais bibliográficos quanto documentos de natureza arquivística (relações de propriedades de terras e respectivos impostos). Somente com a invenção da imprensa e a duplicação mecânica de textos, além do estabelecimento de formatos de papel e composição de cadernos (duplicação mecânica de textos, além do estabelecimento de formatos de papel e composição de cadernos (*in-quarto*, *in-octavo*, etc.), os documentos foram adquirindo sua feição atual. A distinção entre bibliotecas e arquivos, em particular, originou-se certamente neste dado momento, baseando-se numa associação automática e indiscutível entre os tipos de documentos e a função da informação neles contida. Detecta-se, a partir dessas colocações, um primeiro núcleo de questionamentos possíveis e que podem ser sistematizados ao redor dos termos documento, informação e função. Entende-se assim a razão de no seio das chamadas "ciências documentais" não terem sido geradas maiores discussões no tocante a esta associação da biblioteconomia, documentação e arquivologia. Na verdade, apontavam-se suas diferenças (sem explicá-las). Porém, com a concordância de que todas tinham algo em comum: o trabalho com documentos. (SMIT, 2000, p. 28-29).

Também segundo Heloisa Bellotto, um elemento comum entre estas instituições é o documento e o tratamento dado a ele – seja um livro, uma carta, uma fotografia ou uma escultura, por exemplo.

Torna-se evidente, assim, a enorme abrangência do que seja um documento. O processo de fornecer informações a partir dos dados existentes em qualquer tipo de continente é da área comum dos

profissionais das chamadas ciências da informação, ciências documentais, ou ainda ciências documentárias como querem alguns. Recolher, tratar, transferir, difundir informações é o objetivo convergente de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Partindo de material diverso e através de mecanismos técnicos completamente distintos, essas instituições devem estar aptas a cobrir, da maneira mais completa possível, um “campo de investigação”. Têm em comum, portanto, as finalidades a que se destinam e o papel que ocupam no processo social, cultural e administrativo de uma sociedade. (BELLOTTO, 2006, p.35-36).

Como vimos, arquivos, museus e bibliotecas possuem em comum algumas características fundamentais. Contudo, uma vez que o objeto de estudo deste trabalho é o tratamento de um conjunto documental de natureza arquivística em uma biblioteca, deixaremos de abordar, a seguir, questões específicas relacionadas a museus.

2.2 Arquivos e bibliotecas

Ligados em sua origem pela sua função simbólica de depositários da memória, bibliotecas e arquivos têm, em comum, em sua prática cotidiana, o trabalho com documentos. Este mesmo elemento comum às duas instituições, contudo, também sinaliza parte das diferenças existentes entre elas. Em outras palavras, além de indicar a função e papel social de cada instituição e a natureza do material recebido e acumulado por elas, o documento também determina o tratamento que será dado à informação:

No processo de tratamento da informação bibliográfica, os dados principais sobre o documento são extraídos dele mesmo, com algumas exceções, como no caso de obras raras e especiais. [...] Já no caso do arquivo, importam não apenas as informações encontradas no próprio documento, mas, sobretudo, no conjunto de que faz parte – a unidade de tratamento que é aqui privilegiada é a série documental e não o documento. Por essa razão, uma das mais importantes operações do arquivo é a busca de informações que estão fora do documento, no contexto dado pelo conjunto documental, complementado por pesquisa. (ALMEIDA, 2006, p.35-36).

A forma como recebem seus materiais é outro fator que diferencia estas duas instituições: enquanto as bibliotecas recebem materiais por compra, doação ou permuta, os arquivos, idealmente, “recebem os documentos através de passagem natural, dentro do esquema das três idades do documento.” (BELLOTTO, 2006, p. 37). Sendo assim, segundo a Arquivologia Moderna¹, os documentos de arquivo, passam pelas fases corrente,

¹ Conforme divisão metodológica e didática, estabelecida por Clarissa Schmidt, a Arquivologia, enquanto área do conhecimento pode ser dividida da seguinte forma: período da História dos Arquivos, compreendido entre a invenção da escrita até a Revolução Francesa (1789); Arquivologia Clássica, que vai até o final da 2ª Guerra Mundial, (década de 1940); Arquivologia Moderna: até o final da década de 1980, período que marca a transição para a Arquivologia Contemporânea. (SCHMIDT, 2012, p. 103-104).

intermediária e permanente, de acordo com a frequência de uso pelas respectivas entidades produtoras. Após terem cumprido a função para a qual foram gerados, caso não haja nenhuma outra utilidade para eles, seu destino é o descarte. Caso se considere que há valor histórico ou de prova, o conjunto documental é preservado em instituições de custódia. Este é o caso da grande massa documental existente nos arquivos públicos e de instituições privadas. Junta-se a este grande conjunto documental proveniente da gestão, algumas coleções recebidas por compra ou doação.

Do ponto de vista da organização física do acervo, existem diferenças significativas entre bibliotecas e arquivos. Enquanto nas bibliotecas os materiais são ordenados por assunto, geralmente respeitando códigos de classificação, e podendo receber adições ou sofrer subtrações vindas de diferentes fornecedores a qualquer momento, no caso dos arquivos, a relação entre os documentos é mais orgânica, sendo o princípio de **respeito aos fundos**, fundamental.

Os sistemas de classificação bibliográfica [...] salvo raríssimas exceções, podem ser rigidamente obedecidos, mas a organização de arquivos deve submeter-se à estrutura dos órgãos geradores de documentos e à natureza do material ordenado. Por isso, a noção de *respect de fonds* é preceito essencial ao trabalho arquivístico: não se deve misturar os documentos produzidos por uma entidade com o de outra. A proveniência do documento define o seu fundo no arquivo, assim como também define sua posição no acervo. (BELLOTO, 2006, p.40).

Sendo assim, o termo **arquivo** ganha outro significado, para além de local de custódia, passando a ser também o "conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte." (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Esta particularidade da documentação arquivística faz com que um documento não seja tratado de forma individual, como ocorre nas bibliotecas: sua descrição ocorre por conjuntos documentais. Tal descrição deve ser sempre multinível, partindo-se do geral para o particular. Os itens que compõem esta descrição multinível estão estabelecidos na ISAD(G) – *International Standard Archival Description (General)*, ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, desenvolvida pelo *International Council on Archives* (ICA) em 1994. Até então, ao contrário do que ocorre com as bibliotecas, cujos códigos de catalogação são muito anteriores (o Código de Catalogação Anglo-Americano, por exemplo, amplamente utilizado até hoje, foi criado em 1967), não havia uma norma estabelecida para a descrição de documentos de arquivo.

A normalização da descrição arquivística em nível internacional tomou grande impulso no final da década de 1980. Aspiração antiga, a necessidade de normalização imposta pelo uso de computadores em arquivos se fazia sentir nessa época de maneira cada vez maior, ao mesmo tempo em que os progressos normalizadores da área da biblioteconomia demonstravam as vantagens alcançadas quando trabalhos baseavam-se em procedimentos técnicos comuns. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 7).

No Brasil, a norma que orienta a descrição de documentos de arquivos é NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística, baseada na ISAD(G). Publicada em 2006 pelo Conselho Nacional de Arquivos, ela acrescenta uma oitava área de descrição, destinada aos pontos de acesso e indexação de assuntos, às sete prescritas pela norma internacional.

Atualmente, ainda se mantém o consenso entre arquivistas de que a descrição deve seguir o princípio da proveniência. O arranjo², contudo, segundo uma visão contemporânea, precisaria ser revisto, tendo em vista os ambientes digitais em que as ordenações físicas pouco significam.

Nos ambientes digitais, onde a justaposição de documentos não é de grande importância, faltam, de modo geral, até mesmo os limitados indícios contextuais fornecidos pelo ordenamento físico, e devemos reinterpretar o princípio da ordem original de acordo com a identificação de múltiplas relações lógicas entre os documentos e não de acordo com seus agrupamentos físicos. (YEO, 2016, p. 139).

Mas embora existam pontos bastante claros de divergência entre arquivos e bibliotecas, existem situações em que uma única instituição precisa lidar com materiais que, em teoria, deveriam estar em diferentes instituições. Segundo Schellenberg, muitos arquivos tiveram sua origem nas divisões de manuscritos existentes em bibliotecas; se um estado ou governo não dispõe de recursos para manter um arquivo, ele pode funcionar em conjunto com uma biblioteca, podendo-se adotar este critério “desde que a diferença entre os vários tipos de materiais, a metodologia aplicada aos mesmos e as exigências administrativas de um programa de arquivo sejam perfeitamente compreendidas.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 46).

Além disso, nem todos os documentos depositados em instituições de custódia, e que formam arquivos permanentes (também chamados de arquivos históricos) foram gerados da forma orgânica como preconiza a teoria das três idades, ou acumulados de

² O conceito de arranjo é entendido aqui como “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37).

forma a atender o princípio de respeito aos fundos. É bastante comum encontrar nos acervos de caráter permanente de arquivos, bibliotecas e museus, coleções de documentos cuja origem é desconhecida ou que foram agrupados por critérios que fogem aos padrões técnicos estabelecidos pela Arquivologia. Ainda que em sua origem estes documentos não tenham recebido o tratamento atualmente considerado adequado, isto não significa que não existam mecanismos para garantir sua organização e, principalmente, o acesso às informações neles contidas.

2.3 Arquivologia: conceitos básicos

Embora existam registros de arquivos desde a antiguidade, foi somente no início do século XX que a Arquivologia³ passou a ser reconhecida como uma área do saber. Isto não significa que antes desta época não houve teóricos que refletiram sobre as questões relativas à organização dos documentos gerados por governos e instituições. O que ocorre é que, até então, este pensamento não estava sistematizado de forma a considerar a Arquivologia como uma área autônoma.

Foi durante o I Congresso Internacional de Arquivistas e de Bibliotecários, em 1910, que os arquivistas de Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e Robert Fruin lançaram oficialmente o *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, mais conhecido como “Manual dos Arquivistas Holandeses”, escrito em 1898.

Isso não significa que esta tenha sido a primeira publicação sobre a temática ou que através desta é que novas teorias foram construídas, pois as principais questões que enunciam a área, os Princípios da Proveniência e o da Ordem Original, não foram “invenções” dos holandeses autores deste Manual. Contudo, foi através dele que estes princípios teóricos, gradualmente evoluídos e aperfeiçoados ao longo de anos anteriores, foram mais divulgados e concebidos enquanto enunciados fundamentais. Ademais, outro elemento que justifica a “cientificidade” da Arquivologia a partir do Manual dos Holandeses é o que alguns teóricos da área definem como “autonomia” perante outras áreas do conhecimento, como a Paleografia, a Biblioteconomia e a Diplomática, por exemplo. Isto é: a afirmação de teorias e princípios próprios. (SCHMIDT, 2012, p. 112).

A primeira definição apresentada pelos arquivistas holandeses, e que, segundo eles,

³ Os termos “Arquivologia” e “Arquivística” são usados neste trabalho como sinônimos. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 9; ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37).

seria a base sobre a qual todos os demais conceitos e métodos estariam apoiados é justamente a definição de **arquivo**:

Conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 12).

Percebe-se que, neste momento, os arquivistas holandeses trabalham com duas ideias principais: a de documentos produzidos ou acumulados por uma instituição e sua custódia. Já Theodore Schellenberg, considerado um dos precursores dos arquivos modernos, acrescenta a questão do valor de pesquisa dos arquivos:

Arquivos são os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa, e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Antonia Heredia Herrera, por sua vez, acrescenta mais um elemento a esta definição, ao incluir a questão da ordem dos documentos e seu valor social:

Arquivo é um ou mais conjuntos de documentos, quaisquer que sejam sua data, forma e suporte material, acumulados em processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada no curso de sua gestão, preservados, e respeitando sua ordem, para servir de testemunho e informação para a pessoa ou instituição para a qual são produzidos, para cidadãos ou para servir como fontes da história. (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 89, tradução nossa).

Em sua forma mais ampla, conceito de **documento**, é a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73). Mas, ao definir o que é um **documento de arquivo**, Belloto estabelece parâmetros muito mais precisos, especificando o contexto de sua produção:

Os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoas no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são, em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTTO, 2006, p. 37)

Além de salientar o caráter informacional e probatório de um documento de arquivo, Schmidt e Smit reforçam a questão da vinculação deste documento com o seu contexto de produção, apontado por Bellotto:

O documento de arquivo evidencia a existência e o funcionamento de uma instituição, permitindo-nos considerá-lo o espelho, reflexo fidedigno do funcionamento desta. E dessa relação, desse vínculo com seu contexto de produção, decorre sua natureza probatória. Portanto, na condição de objeto central da ciência Arquivística, o documento de arquivo deve ser compreendido a partir de atributos que, teoricamente fundamentados, o distinguem dos documentos das bibliotecas, dos museus e de inúmeras instituições de pesquisa. Ademais, é a partir destes atributos que as informações inerentes ao documento de arquivo devem ser organizadas e disponibilizadas. (SCHMIDT; SMIT, 2013, p. 583).

Como vimos anteriormente, a organização dos documentos é uma das principais diferenças entre bibliotecas e arquivos. Enquanto a primeira cataloga e classifica individualmente seus materiais, os arquivos estabelecem arranjos e descrevem conjuntos documentais. Para executar esta tarefa os arquivos desenvolvem **instrumentos de pesquisa**, procedendo, para tal, à **descrição** do acervo:

A descrição é a análise realizada pelo arquivista sobre os fundos e documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação neles contida para oferecê-la aos interessados. Equivale a dar ao documento de arquivo ou aos seus agrupamentos os seus signos identitários, aquelas características que os definem com precisão (escolhendo os elementos que melhor os identificam) e que permitirão e facilitarão a comunicação (consulta e recuperação). A descrição é a ponte que comunica o documento com os usuários. À frente da ponte está o arquivista que realiza uma tarefa de análise que envolve a identificação, leitura, sumarização e indexação que possibilita ao usuário que ele possa iniciar a recuperação em sentido inverso através dos índices. (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 299-300, tradução nossa).

Mais do que uma fonte de identificação e localização dos itens do acervo, os instrumentos de pesquisa proporcionam ao pesquisador a possibilidade de entender o documento em seu contexto:

Os instrumentos de pesquisa são vitais para o processo historiográfico. Escolhido um tema e aventadas as hipóteses de trabalho, o historiador passa ao como e ao onde. Diante de um sem-número de fontes utilizáveis, a primeira providência, pela própria essência do método histórico, é a localização dos testemunhos. Para tanto, farão o seu papel as referências documentais em trabalhos publicados, o “colégio invisível” e o próprio conhecimento dos arquivos: as diferentes tipologias das instituições já definem as espécies documentais que guardam e possibilitam desenhar o perfil das informações contidas. Ir da análise crítica do material documentário até a síntese e a interpretação é o caminho a seguir. (BELLOTTO, 2006, p. 174).

Existem vários tipos de instrumentos de pesquisa, cada um deles atendendo a um determinado objetivo. Os **guias** são os mais abrangentes, e funcionam como uma espécie de porta de entrada para o acervo. Têm por finalidade propiciar uma visão dos serviços oferecidos pela instituição arquivística: os fundos que abriga, suas características principais (o quadro de arranjo, datas-limite, condições de recolhimento, extensão), condições de acesso, serviços prestados pelo arquivo, informações sobre o funcionamento da instituição. Uma outra modalidade deste instrumento de pesquisa é o **guia de fontes**, um levantamento de documentos sobre um mesmo tema, que podem pertencer a uma ou mais instituições ou até mesmo coleções particulares.

O **inventário** “descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005. p. 109). O importante neste instrumento de pesquisa, é que não seja feita uma seleção dos documentos, mas que represente a totalidade dos conjuntos documentais nele informados. O tratamento sumário, contudo, é recomendável, uma vez que o inventário é utilizado, muitas vezes, para descrever grandes massas documentais. Nele, são descritas, a totalidade ou parte das séries documentais existentes em um acervo, informando sobre sua tipologia documental ou a função administrativa que gerou determinada série, suas datas-limite, quantidade de documentos ou de unidades de arquivamento, notação ou cota (que fornecem a localização dos documentos no acervo). Embora seja um instrumento de pesquisa um pouco mais detalhado do que o guia do acervo, o inventário não relaciona documentos isoladamente, nem tampouco comporta a existência de índice.

A descrição de uma **coleção**, ou seja, o “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2005, p. 52) de um arquivo é feita no **catálogo**. Uma vez que falaremos mais adiante sobre a elaboração de um catálogo de documentos de arquivo pertencentes ao acervo de uma biblioteca, cabe aqui uma breve explicação sobre a diferença entre um catálogo bibliográfico e o instrumento de pesquisa homônimo, comum em instituições arquivísticas.

Em bibliotecas, o catálogo é o instrumento utilizado para facilitar o acesso aos recursos disponíveis. Para tanto, é feita a catalogação individual de cada recurso, em um processo que “inclui descrição bibliográfica, análise de assunto, atribuição de notação de classificação e todas as atividades envolvidas na preparação física do item para a estante, tarefas geralmente realizadas sob a supervisão de um bibliotecário treinado como

catalogador”. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTES, 2022, tradução nossa). Esta catalogação é feita seguindo regras de descrição bibliográfica estabelecidas internacionalmente (como o AACR, citado anteriormente) e formatos que permitem o intercâmbio de registros, como é o caso do MARC, sigla para *Machine Readable Cataloging*, desenvolvido pela Biblioteca do Congresso dos EUA.

Já em arquivos, o catálogo é o “instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 45). Ao contrário das bibliotecas, em que os catálogos geralmente são apresentados em formato de bancos de dados bibliográficos, os catálogos de arquivos são tradicionalmente uma peça editorial, composta em versão impressa ou digital, cuja estrutura apresenta uma introdução metodológica sobre as decisões tomadas em sua elaboração, um texto que contextualiza os documentos do ponto de vista de sua produção, o *corpus* propriamente dito, ou seja, os verbetes descrevendo cada um dos itens documentais e, eventualmente, índices que auxiliam na recuperação das informações contidas nos verbetes.

3 A BIBLIOTECA INDISCIPLINADA DE GUITA E JOSÉ MINDLIN E A COLEÇÃO PROVÍNCIA CISPLATINA

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) é originária da doação de parte do acervo do bibliófilo José Mindlin e de sua esposa, a restauradora de documentos gráficos Guita Mindlin, à Universidade de São Paulo.

A história de José Mindlin como colecionador teve início em 1927, quando, aos 13 anos, ele adquiriu uma edição portuguesa de 1740 do *Discurso sobre a História Universal*, de Bossuet, que considerou, à época, ser raro por sua antiguidade. Ao longo de mais de oito décadas, o então adolescente interessado por livros tornou-se o proprietário de uma das mais importantes coleções particulares de obras sobre o Brasil.

Seus interesses eram diversos, e mudavam com o correr do tempo, o que fez com que Mindlin a caracterizasse como uma “biblioteca indisciplinada”. Conforme ele mesmo relata, sua biblioteca nunca foi planejada: “ela foi crescendo ao sabor de nossos interesses, e tendo como principal objetivo a leitura, e não o desejo de colecionar”. (MINDLIN, 2016, p. 6).

Mas, embora “indisciplinado”, seu acervo, como não poderia deixar de ser, em se tratando de uma biblioteca particular, acaba por refletir seus interesses de colecionador:

De modo geral, ele procurou, no curso da formação de sua biblioteca, seguir quatro grandes vertentes: a primeira, sobre assuntos brasileiros que incluíam literatura (prosa e poesia), história, relatos de viagens, crítica literária e ensaios em geral, filologia, obras de missionários, almanaques, revistas e, em menor escala, medicina, história natural, botânica e zoologia; a segunda sobre literatura geral; a terceira a respeito de livros sobre arte; e a quarta, os livros como objetos (obras) de arte (qualidade da tipografia, diagramação, ilustração, encadernação, etc.). (GARCIA; LOPES; KANO, 2016, p. 103-104).

Tantos e diversos interesses fizeram com que sua biblioteca não se limitasse apenas a livros. Seu acervo conta ainda com manuscritos históricos e originais de obras literárias, periódicos (revistas e jornais), correspondência, mapas, gravuras e fotografias. (ANTUNES, 1998, p. 166). Parte deste material encontra-se atualmente depositado no arquivo da BBM.

O arquivo da BBM é composto por documentos provenientes do acervo pessoal de Guita e José Mindlin, bem como por doações recebidas posteriormente à incorporação deste acervo à Universidade de São Paulo. É formado pelos seguintes conjuntos documentais (dados de outubro de 2022): acervos pessoais de Zila Mamede (1928-1985), Rubens Borba de Moraes (1899-1986), Francisco de Assis Barbosa (1914-1991), Itsvan Jancsó (1938-2010),

Vicente do Rego Monteiro (1899-1970) e Cunha de Leiradella (1934), e por documentos sobre o Movimento Concretista acumulados por Erthos Albino de Souza (1932-2000).

Além destes conjuntos pessoais, o arquivo da BBM possui uma extensa coleção de documentos avulsos, de diferentes períodos históricos, adquiridos por José Mindlin ao longo de sua vida. Dentre estes documentos, encontra-se um conjunto relativo ao período da invasão das tropas luso-brasileiras à então chamada Banda Oriental (atual Uruguai) e sua posterior ocupação (1817-1828), região que a historiografia brasileira convencionou chamar de Província Cisplatina.

Pouco se sabe sobre como se formou esta coleção. Sobre sua aquisição, há um relato de José Mindlin em entrevista concedida a José Carlos Sebe Bom Meihy no início dos anos 2000:

Uma vez, por exemplo, a Livraria Kosmos alertou que havia um colecionador de Montevideu que tinha uma grande documentação sobre a Guerra Cisplatina. Essa tal coleção tinha mais de trezentos documentos originais daquele período e o proprietário precisava vender com urgência porque estava muito doente. Sem saber detalhes técnicos, como tamanho da coleção, condições de armazenamento, estado do material, fui a Montevideu. Apenas na hora em que cheguei soube que os documentos estavam todos encadernados, mais ou menos 180 volumes. Então eu que fui, inocentemente, levando duas malas para trazer tudo, me vi com problemas. Felizmente era muito amigo do casal de embaixadores e eles, afinal, emprestaram-me mais duas malas e me ajudaram a embalar essa coleção que é muito preciosa, composta por documentos originais. A história dessa coleção é assaz curiosa porque o Uruguai tinha um intendente oficial e os documentos eram guardados na casa do responsável e de seus sucessores, pessoas que mantiveram a documentação, passando-a aos herdeiros, e assim por diante. Os documentos iam de 1810 até 1827, quando foi selada a paz. Então, voltei com as quatro malas. Esse fato tem uns quinze ou vinte anos, e o curioso é que foi tudo muito rápido: saí daqui numa sexta-feira, fiquei lá no sábado e na noite de domingo estava de volta com as malas, que pesavam mais de noventa quilos. (MINDLIN; MEIHY, 2020, p. 101).

A coleção Província Cisplatina é formada por 175 volumes encadernados, de tamanhos e extensões diversas, e composta por documentos manuscrito (66%) – em sua grande maioria relativos a assuntos governamentais – e impressos (34%), incluindo alguns números avulsos de jornais e outras publicações. A quantidade de documentos em cada volume varia. Existem volumes com apenas um documento, enquanto outros são compostos por vários documentos. A grande maioria dos volumes contém documentos de mesma tipologia, mas em alguns casos, documentos de tipologia variada foram encadernados

conjuntamente. Praticamente todos os volumes possuem uma identificação na capa. As Figuras 1 e 2 mostram alguns dos volumes pertencentes à Coleção.

Figura 1 - Volumes da Coleção Província Cisplatina



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Figura 2 - Volumes da Coleção Província Cisplatina



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Quanto à tipologia documental, quase 70% são ofícios, bandos⁴ e cartas. Os demais documentos dividem-se em tipos variados (atas, declarações, recibos etc.), não se destacando numericamente na coleção. O espanhol é o idioma predominante (73%); os demais documentos estão em português.

A análise do conteúdo da coleção aponta que mais da metade dos documentos manuscritos tinha como destinatário Juan José Durán, governador intendente interino da província. A maior parte deles é composta por ofícios, mas também são observadas algumas cartas, que, por seu conteúdo, parecem tratar de negócios particulares referentes à administração de suas propriedades. Algumas minutas de correspondência emitida por ele também estão presentes na coleção, sendo sobre ele também o documento mais recente, datado de 1852 – portanto fora do período de administração luso-brasileira – produzido pelo Consulado Geral do Brasil em Montevideu, contendo um compilado de declarações sobre a atuação de Durán na administração da província.

O general Frederico Lecor (barão e visconde da Laguna) por sua importância na região, aparece em vários documentos (43%), sendo significativa a quantidade de bandos ou editais impressos emitidos por ele ou por sua ordem. Contudo, não se observa na coleção número relevante de documentos (ofícios, cartas) por ele recebidos ou emitidos para outros que não sejam Juan José Durán. Diante disto, pode-se especular que o “intendente oficial” citado por Mindlin em sua entrevista seja, de fato, Durán, e que boa parte dos documentos desta coleção seja originária de seus arquivos.

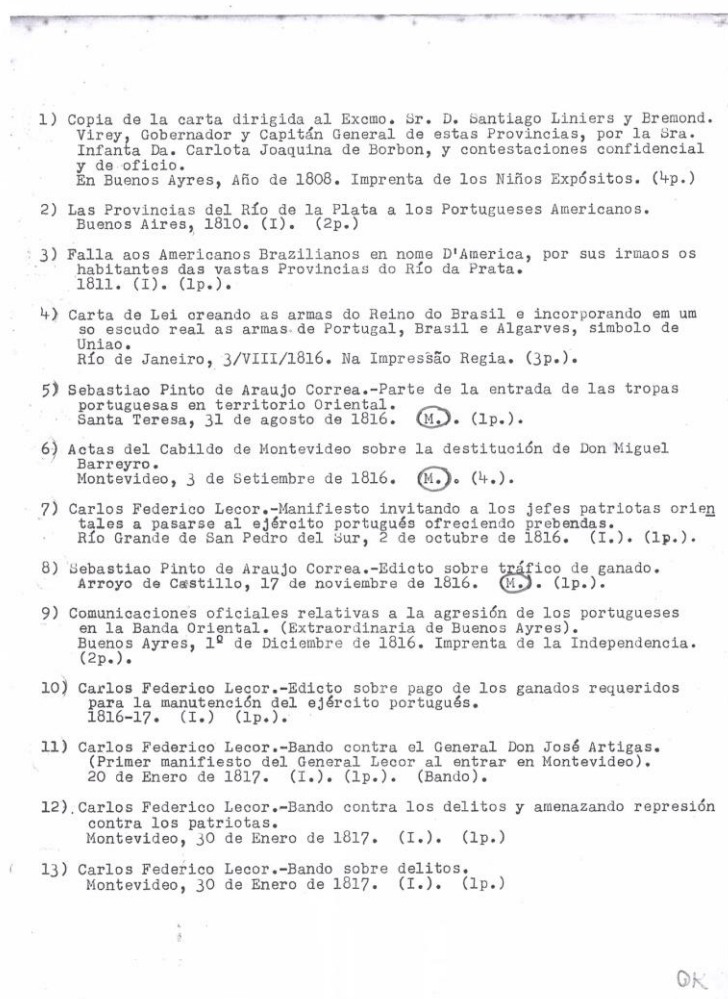
⁴ Conforme Bellotto, bando é um documentos diplomático dispositivo normativo, característico da administração colonial: “ordem, em geral dos governadores e capitães-generais, que é proclamado oralmente em pregão público ou afixado em lugar ou veículo de circulação pública. O mesmo que édito ou mandato proibitório”. (BELLOTTO, 2008, p. 38).

4 COLEÇÃO PROVÍNCIA CISPLATINA: ORGANIZAÇÃO E DESCRIÇÃO

A Coleção Província Cisplatina começou a ser descrita em 2019 pela professora Heloísa Liberalli Bellotto. No início de 2020, a biblioteca fechou o atendimento ao público devido ao isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19, interrompendo o trabalho de descrição dos documentos desta coleção. Em março de 2022, com a reabertura da biblioteca, e na qualidade de estagiária do setor de arquivo, dei continuidade ao trabalho iniciado pela professora Heloísa Bellotto, sob sua supervisão.

A organização preliminar desta coleção, feita ainda quando em posse do casal Mindlin, é composta por uma listagem numerada, ordenada cronologicamente, que reproduzia os títulos dos volumes, conforme mostra a Figura 3:

Figura 3 – Primeira página da listagem inicial dos documentos da Coleção Província Cisplatina



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Feita de forma rudimentar, esta listagem apresentava algumas falhas na ordenação, além de apontar uma suposta “falta” de alguns volumes da coleção. Todos os volumes, contudo, já haviam sido cadastrados pela equipe da BBM, e recebido uma notação para possibilitar sua localização física dentro do acervo da biblioteca.

Sendo assim, a primeira medida adotada com a retomada dos trabalhos foi a comparação desta listagem com o acervo, de forma a identificar eventuais faltas. Ao final desta primeira fase, constatou-se que todos os volumes listados estavam na coleção, ainda que alguns estivessem fora da ordem numérica previamente estabelecida.

4.1 Coleção Província Cisplatina: sistematização dos dados

A fim de sistematizar o trabalho de checagem e coleta de informações dos documentos, foi criada uma ficha de coleta de dados contendo todos os itens que seriam necessários posteriormente para a elaboração do catálogo.

O primeiro item da ficha é o **número da listagem original**, seguido pela **descrição da listagem original**. Esta descrição era composta, basicamente, pelo título do volume, data, informação sobre sua forma (manuscrito ou impresso), quantidade de páginas e casa publicadora (quando impresso). Uma vez que a organização original da coleção foi feita por volumes, este foi o critério de unidade adotado para a coleta de dados e posterior descrição dos documentos.

O item a seguir é a **notação** utilizada pela biblioteca para localização física dos volumes no acervo. Aqui, cabe uma explicação: por se tratar de uma coleção privada, com uma dinâmica própria de ordenação, a equipe da BBM optou por manter, na medida do possível, a organização original da coleção quando da transferência do acervo da casa dos Mindlin para o novo prédio na Universidade. Sendo assim, não foram adotados os sistemas de classificação amplamente usados, sendo utilizado um método de ordenação segundo critério de proveniência dos documentos, o que faz com que este seja mais um eventual elemento de aproximação entre bibliotecas e arquivos:

A ordenação segundo o critério de proveniência dos documentos ou origem ocorre nos casos em que coleções são doadas a bibliotecas, implicando uma ordenação em separado do restante do acervo e que respeite o arranjo original. Trata-se do arranjo original dos documentos segundo seu funcionamento na instituição de origem ou na vida da pessoa

a quem pertenciam, em referência a uma abordagem claramente arquivística. (ORTEGA; SILVA; SANTOS, 2016, p. 35).

A adoção deste método de ordenação justifica-se, não só pelo respeito à lógica de organização do colecionador, mas também como forma de identificar as diferentes coleções que fazem parte da biblioteca. Embora o acervo da BBM, seja hoje em dia majoritariamente formado pela coleção de Guita e José Mindlin, novos itens são incorporados ao acervo periodicamente, seja de forma avulsa ou em conjuntos adquiridos por compra ou recebidos por doação, e, para tanto, é necessário distinguir sua proveniência. A coleção proveniente do bibliófilo Rubem Borba de Moraes, por exemplo, é identificada com a sigla RBM.

No caso específico da Coleção Província Cisplatina, os volumes receberam uma notação composta da seguinte forma: M1 = mezanino 1; h = História + número sequencial na prateleira, o que forma, por exemplo, a seguinte notação: M1h 00957 (notação do primeiro volume da Coleção Província Cisplatina).

A seguir, foram identificadas as **datas-limite** de cada volume, uma vez que alguns deles possuíam documentos com datas variadas. Para tanto, foram consideradas a primeira e última data do período abrangido pelos documentos de cada volume.

A **data tópica**, elemento que identifica o lugar de produção de um documento (que pode ser um local geográfico ou um lugar específico, como um palácio, por exemplo) foi o próximo item da ficha. No caso de mais de um lugar, foram listadas as datas tópicas referentes à primeira e à última data cronológica dos documentos do volume.

O item a seguir é o **tipo documental**, entendido aqui como “a configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou”. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 74). São exemplos de tipos documentais existentes na Coleção Província Cisplatina ofícios, bandos, cartas de lei, manifestos, proclamações, atas, atos de nomeação, entre outros.

Outros itens da ficha são **idioma** (espanhol ou português), informação sobre a **forma** dos documentos (se original ou cópia; manuscrito ou impresso), **quantidade de páginas** e **quantidade de documentos** existentes no volume. O item **dados de publicação** somente foi preenchido no caso de documentos impressos, caso a informação estivesse disponível. Em uma etapa posterior, foram inseridas mais dois itens de **indexação**, tema que será abordado posteriormente. Um exemplo desta ficha de coleta é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Ficha de coleta de dados do primeiro volume da Coleção Província Cisplatina

Número listagem original	1
Descrição listagem original	Copia de la carta dirigida al al Excmo. Sr. D. Santiago Liniers y Bremond. Virey, Gobernador y capitán General de estas Provincias, por la Sra. Infanta Da. Carlota Joaquina de Borbon, y contestaciones confidencial y de oficio. En Buenos Ayres, año de 1808. Imprenta de los Niños Expósitos. (4 p.)
Notação	M1h/00957
Dados publicação (para documentos impressos)	Buenos Ayres, Imprenta de los Niños Expositos, 1808
Datas-limite	27/08/1808 - 13/09/1808
Data tópica	Buenos Ayres
Tipo documental	Carta
Idioma	Espanhol
Manuscrito/Impresso	Impresso
Original/cópia	Cópia
Quantidade de páginas	7
Quantidade de documentos	3
Indexação	ABDICAÇÕES DE BAIONA REALEZA ESPANHOLA, alianças políticas para a sucessão VICE-REINADO DO PRATA CARLOS IV , rei da Espanha CARLOTA JOAQUINA, princesa do Brasil FERNANDO VII, rei da Espanha NAPOLEÃO I, imperador da França LINIERS Y BREMOND, Santiago

Fonte: Dados compilados pela autora

Uma vez feita a coleta de dados, o passo seguinte seria a retomada da descrição dos documentos - que, como dissemos anteriormente, havia sido iniciada por Heloísa Bellotto - e sua posterior indexação. Contudo, a retomada do contato com a documentação evidenciou que seria necessário um maior conhecimento sobre o contexto histórico de sua produção.

4.2 Coleção Província Cisplatina: descrição dos documentos

Como visto, uma das principais características atribuídas aos documentos de arquivo é sua organicidade: eles fazem parte de um conjunto que conta uma história administrativa ou

pessoal. Em uma coleção, contudo, este vínculo entre os documentos nem sempre se faz presente. No caso específico da Coleção Província Cisplatina, o contexto de produção dos documentos se perdeu. Não são poucos os documentos que remetem a outros que não fazem parte da coleção, como, por exemplo, acusando recebimento de determinada correspondência sem referir o assunto tratado, ou fazendo alusões a fatos ou pessoas sem mencionar nomes ou contextualizar o ocorrido. Sendo assim, uma vez que a situação de produção/acumulação dos documentos que formam esta coleção não era conhecida, tornou-se necessário realizar uma pesquisa para conhecer o contexto histórico em que foram produzidos.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o período histórico que abrange as primeiras investidas do governo de D. João VI em direção à região então chamada Província Oriental do Rio da Prata (1811), passando pela ocupação daquela região, sua anexação ao território do Brasil com o nome Província Cisplatina e a posterior guerra que culminou com a independência da província que viria a tornar-se o Uruguai, em 1828. A partir desta pesquisa, foi possível preencher eventuais lacunas de conhecimento sobre o tema, de forma a auxiliar a redação dos verbetes e a posterior indexação dos assuntos. O resultado desta pesquisa bibliográfica foi sintetizado em parte na cronologia disponível no Apêndice A.

A elaboração dos verbetes seguiu, com pequenas alterações de formato, mas não de conteúdo, a metodologia utilizada na elaboração do Catálogo de Manuscritos da Coleção Lamego, elaborado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB). Como explica Heloísa Bellotto:

A sequência usual dos elementos de um verbete descritivo em catálogos é a mesma que a metodologia arquivística tem consagrado nos últimos anos. O dado inicial é a espécie/tipo/tipologia documental, designação da língua estrangeira (se for o caso), seguida da autoria/autor (nome, títulos e cargos), do destinatário (quando houver, nome, títulos e cargos), do verbo no gerúndio que designa a ação implícita no conteúdo documental e a ação propriamente dita, ou melhor, a razão pela qual o documento foi gerado, sua razão de ser, seu “assunto”. Os dados que seguem são a data tópica (isto é, o lugar de onde o documento está datado) e a data cronológica (dia, mês, ano). Como as normas estabelecem que uma cidade, enquanto data tópica, deve ser grafada como está no documento, em alguns verbetes nos quais a cidade também pode ocorrer como assunto, sua grafia será em português corrente no texto e na grafia original na data. (BELLOTTO, 2002, p. 25).

Para fins de descrição, cada volume foi considerado um item documental. Os verbetes foram ordenados cronologicamente, e cada um recebeu, no catálogo, uma numeração sequencial, de maneira a facilitar sua localização a partir dos índices.

Caso um volume contivesse mais de um documento, estes poderiam ser descritos de forma individual ou coletivamente, Tal decisão deveu-se, principalmente, ao caráter heterogêneo do conteúdo de cada volume. Por vezes, a organização é temática, como, por exemplo, o volume que reúne 23 ofícios, todos relativos à implantação dos serviços postais na província e que, por sua similaridade, puderam ser descritos conjuntamente, conforme apresentado no Quadro 2.

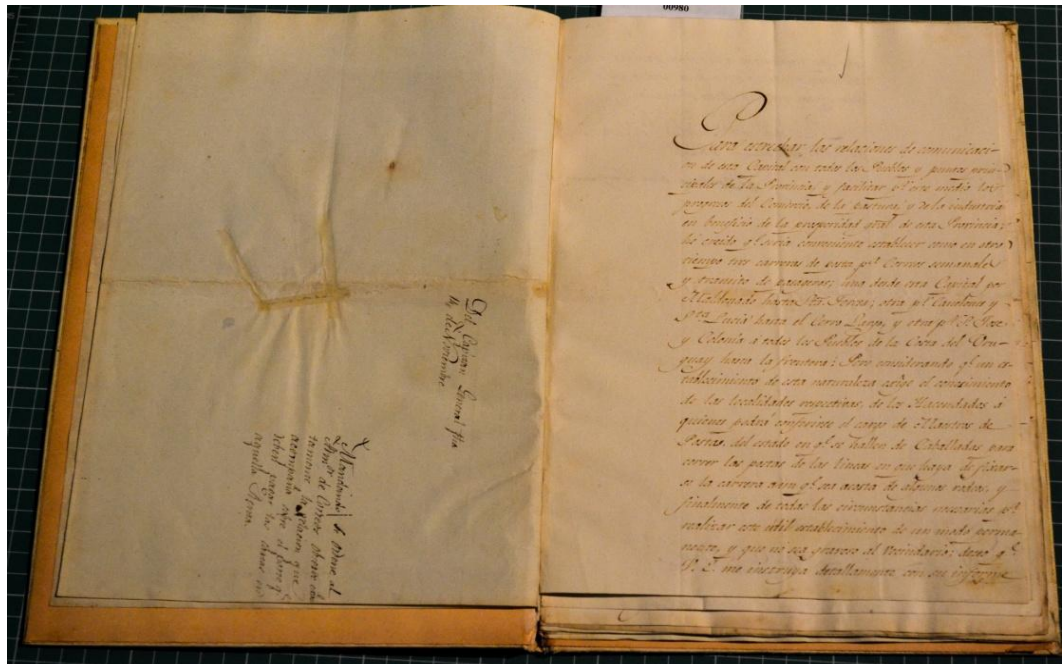
Quadro 2 - Verbetes nº 20 da Coleção Província Cisplatina

20. 1817, noviembre, 14, Montevideo - 1924, julio, 2, Montevideo

OFÍCIOS (em espanhol, originais manuscritos, 23p.) (23) do Capitão General da Província Oriental do Rio da Prata, Barão da Laguna, Tenente General Carlos Frederico Lecor ao Governador Intendente Interino de Montevideu, Juan José Durán, informando sobre assuntos relacionados a atividades postais, incluindo a necessidade de estabelecimento de rotas de correio entre as principais localidades da Província e assuntos relacionados ao pagamento de taxas. (M1h/00980)

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Catálogo da Coleção Província Cisplatina (M1h/00980)

Figura 4 - Volume relativo ao verbete número 20 da Coleção Província Cisplatina



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Em outras ocasiões, embora reunidos por uma mesma tipologia documental, como, por exemplo, atas de reunião do Cabildo de Montevidéu, a diversidade de assuntos justificou a descrição de cada documento individualmente:

Quadro 3 - Verbetes nº 139 da Coleção Província Cisplatina (continua)

139. 1826, enero, 25, Montevideo – 1828, diciembre, 9, Montevideo

ATAS (em espanhol, cópias manuscritas, 11p.) (5) do Cabildo de Montevidéu:

139.1 - 1826, enero, 25, Montevideo - ata do Cabildo de Montevidéu na qual deputados acusam recebimento de carta-régia datada de 17 de novembro de 1825 nomeando o tenente-general Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho Presidente da Província Cisplatina.

139.2 – 1826, enero, 30, Montevideo – ata do Cabildo de Montevidéu na qual deputados acusam recebimento de carta imperial exaltando os serviços prestados pelo Visconde da Laguna e sua fidelidade ao Imperador do Brasil, notadamente durante o conflito com as tropas da Divisão de Voluntários Reais do Rei.

Quadro 4 - Verbetes nº 139 da Coleção Província Cisplatina (conclusão)

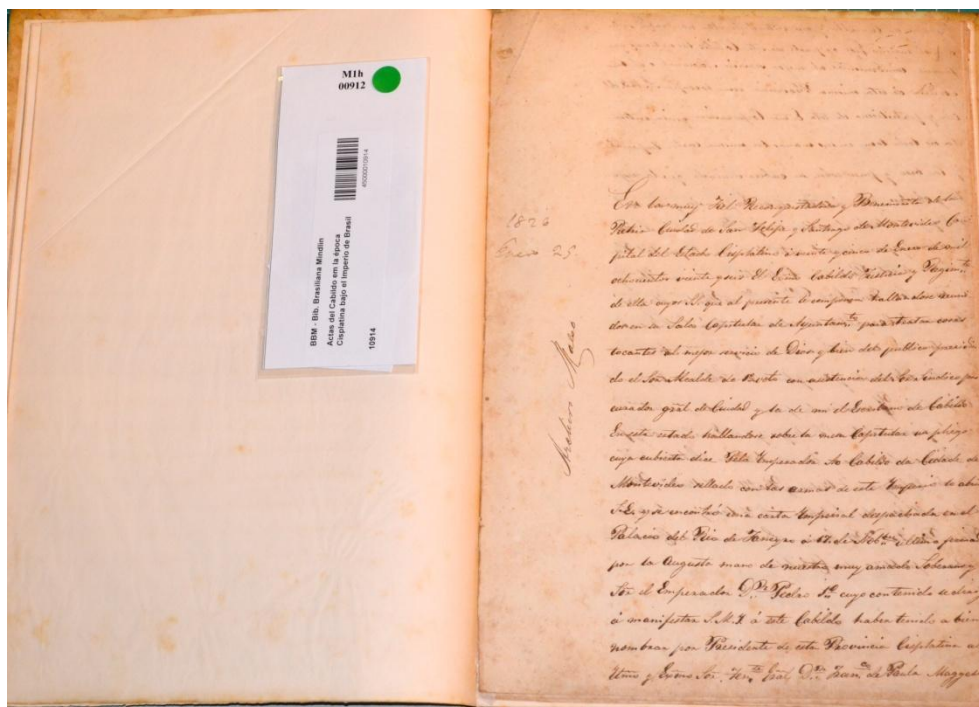
139.3 – 1828, octubre, 6, Montevideo - ata do Cabildo de Montevideu registrando leitura de carta imperial datada de 8 de setembro de 1828 informando sobre celebração de tratado preliminar de paz entre o Brasil e a República Argentina.

139.4 – 1828, diciembre, 2, Montevideo - ata do Cabildo de Montevideu registrando troca de ofícios entre o Cabildo e o Presidente [do Governo Provisório], Barão de Calera [Thomas García de Zuñiga] sobre a atuação deste último no governo.

139.5 – 1828, diciembre, 9, Montevideo - ata do Cabildo de Montevideu registrando leitura de ofício do Presidente [do Governo Provisório], Barão de Calera, comunicando a escolha do Brigadeiro reformado José Roundeau como Governador e Capitão Geral Provisório e Joaquín Suárez como seu primeiro substituto. (M1h/00912)

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Catálogo da Coleção Província Cisplatina (M1h/00912)

Figura 5 - Volume relativo ao verbete número 139 da Coleção Província Cisplatina



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Para facilitar o acesso ao conteúdo dos volumes, foram elaborados dois índices (onomástico e temático), levando-se em consideração a definição de índice dentro do contexto da Arquivística estabelecida pelo Arquivo Nacional: “relação sistemática de nomes de

pessoas, lugares, assuntos ou datas contidos em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados das referências para sua localização”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 107). Em sua elaboração, foram seguidos os estágios de indexação preconizados pela norma NBR 12676:

A indexação consiste basicamente nos três estágios seguintes que, na realidade, tendem a se sobrepor: a) exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; b) identificação dos conceitos presentes no assunto; c) tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2).

É importante salientar que, por fazer parte de um instrumento de pesquisa, o índice onomástico contém os nomes de pessoas citadas nos documentos de forma não exaustiva, levando-se em consideração sua relevância dentro de seu contexto. Por exemplo, no volume que contém exemplares do jornal *Gazeta Universal* que fazem alusão às sessões das Cortes Portuguesas que trataram sobre questões relativas à região do Prata, foram indexados apenas os nomes e assuntos relacionados a este tema discutido pelas Cortes, e não todos os demais assuntos citados na publicação, conforme demonstrado no Quadro 5:

Quadro 5 - Verbetes nº 77 da Coleção Província Cisplatina e indexação (continua)

77. 1822, abril, 20, Lisboa – 1822, novembro, 25, Lisboa

NOTÍCIAS (em português, cópias impressas, 44p.) (9) constantes em 11 números não consecutivos do jornal *Gazeta Universal*, Lisboa, Imprensa Nacional, alguns fazendo alusão à região do Prata, sendo referentes à Província Cisplatina as seguintes:

77.1. “Cortes. Ordem do Dia – evacuação de Montevideo”. nº 97, 1822, maio, 3, p.4.

77.2. “Sobre a ocupação de Montevideo pelas tropas portuguesas”. nº 161, 1822, julho, 26, p.1.

77.3. “Breve quadro das Províncias do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”. nº 165, 1822, julho, 31, p.2.

77.4. “Offício de deputado pela Provincia Cisplatina, residente no Rio de Janeiro ao Ministro d’Estado, José Bonifácio”. nº 185, 1822, agosto, 24, p.1.

77.5. “Cortes, Sessão Extraordinária” - Comissão Diplomática a respeito da evacuação de Montevideo. nº 186, 1822, agosto, 26, p.3.

77.6. “Falla do Deputado Obes, Procurador Geral do Cis-Platino ao Conselho Procurador das Províncias, em 3 de Junho”. nº 187, 1822, agosto, 27, p.2.

77.7. Instruções para convocação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil, incluindo a convocação de dois deputados representantes da Província Cisplatina. nº 204, 1822, setembro, 16, p. 2.

Quadro 6 - Verbete nº 77 da Coleção Província Cisplatina e indexação (conclusão)

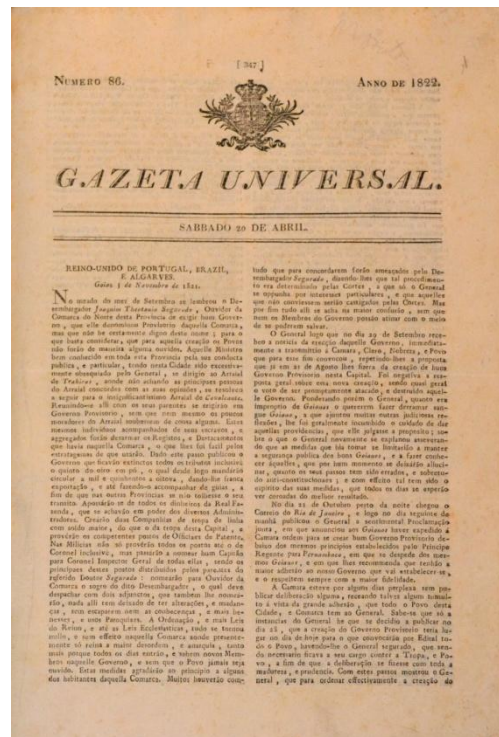
77.8. Citação de notícia da Gazeta de Londres, informando sobre a decisão do Príncipe Real do Brasil de declarar inimigas do Estado as tropas portuguesas “armadas contra sua autoridade” na Província Cisplatina. nº 235, 1822, outubro, 23, p. 1.

77.9. “Notícias de Montevideo”. nº 262, 1822, novembro, 25, p.1. (M1h/001022)

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1822
CORTES GERAIS E EXTRAORDINÁRIAS DA NAÇÃO PORTUGUESA
DIVISÃO DE VOLUNTÁRIOS REAIS DO REI
GAZETA UNIVERSAL, periódico;
INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS SUL-AMERICANAS
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
MONTEVIDÉU, ocupação
PROVÍNCIA CISPLATINA;
OBES, Lucas José
SILVA, José Bonifácio de Andrada e

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Catálogo da Coleção Província Cisplatina, 2022 (M1h/001022)

Figura 6 - Primeira página Gazeta Universal, verbete 77 da Col. Província Cisplatina



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

A situação histórica relacionada a alguns documentos também foi objeto da indexação, embora alguns assuntos não estejam explicitamente citados. É o caso, por exemplo, do volume que traz correspondência entre o Governador Geral das Províncias Unidas do Prata, D. Santiago Liniers y Bremond, e a Princesa do Brasil, D. Carlota Joaquina, em 1808, tratando de questões relativas à sucessão da Coroa espanhola durante o contexto das invasões napoleônicas na Europa, movimento que se tornou conhecido pelo nome de “Abdicações de Baiona”, conforme demonstrado no Quadro 7:

Quadro 7 - Verbetes nº 1 da Coleção Província Cisplatina e indexação

1 - 1808, agosto, 27, Rio de Janeiro - 1808, septiembre, 13, Buenos Ayres CARTAS (em espanhol, cópias impressas, 7p.) (3). Buenos Ayres, Imprenta de los Niños Expositos, 1808: 1.1. 1808, agosto, 27, Rio de Janeiro – carta da Princesa do Brasil, Infanta D. Carlota Joaquina de Bourbon, ao Vice-Rei e Governador Geral das Províncias Unidas do Prata, D. Santiago Liniers y Bremond, afirmando que, em razão da lealdade que o destinatário apresentara sempre ao pai dela [Rei Carlos IV de Espanha], estava lhe enviando antecipadamente cópias de documentos públicos que os demais destinatários só receberiam posteriormente. 1.2. 1808, septiembre, 13, Buenos Ayres – carta do Vice-Rei e Governador Geral das Províncias Unidas do Prata, D. Santiago Liniers y Bremond, à Princesa do Brasil, Infanta D. Carlota Joaquina de Bourbon, agradecendo a carta que ela lhe enviara, reiterando sua lealdade e respeito com que servia à Espanha. 1.3. 1808, septiembre, 13, Buenos Ayres - carta do Vice-Rei e Governador Geral das Províncias Unidas do Prata, D. Santiago Liniers y Bremond, à Princesa do Brasil, Infanta D. Carlota Joaquina de Bourbon, comentando a notícia que ela lhe dera da ascensão de seu irmão, D. Fernando ao trono espanhol, em razão da abdicação de D. Carlos IV, assim como sobre os documentos do Conselho de Índias, afirmando que todas as ordens haviam sido rigorosamente cumpridas. Entre elas, a comemoração daquela ascensão, embora emissários franceses lhe tivessem comunicado que o imperador de França, Napoleão, não aceitara aquela abdicação, pretendendo colocar seu irmão José naquele trono. Afirma ainda seus entendimentos com o governo português do Rio de Janeiro, para que, com o apoio da Inglaterra, juntos apoiassem a D. Fernando. (M1h/00957)
ABDICAÇÕES DE BAIONA REALEZA ESPANHOLA, alianças políticas para a sucessão VICE-REINADO DO PRATA CARLOS IV, rei da Espanha CARLOTA JOAQUINA, princesa do Brasil FERNANDO VII, rei da Espanha NAPOLEÃO I, imperador da França LINIERS Y BREMOND, Santiago

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Catálogo da Coleção Província Cisplatina (M1h/00957)

Após a finalização da etapa de descrição e indexação dos volumes, procedeu-se à montagem do catálogo enquanto peça editorial. Como já foi visto, um catálogo conta, geralmente, com uma introdução metodológica, que apresenta e justifica decisões tomadas em sua elaboração, feita pelos responsáveis pela organização da coleção, bem como um prefácio que contextualiza a produção dos documentos descritos. Para escrever este prefácio, foi

convidado o professor João Paulo Garrido Pimenta, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, estudioso de temas relacionados à História do Brasil e da América hispânica, entre os séculos XVIII e XIX.

5 COLEÇÃO PROVÍNCIA CISPLATINA: INCLUSÃO NO BANCO DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS DA USP

Instrumentos de pesquisa são a principal forma de garantir acesso de qualidade a conjuntos documentais arquivísticos. Seu alcance, contudo, pode ser limitado, principalmente se for produzida apenas uma versão impressa do documento. Mesmo levando-se em conta a divulgação de sua versão online no site da BBM, a equipe da biblioteca começou a avaliar outras possibilidades de divulgação das coleções pertencentes a seu arquivo.

A BBM, enquanto órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, faz parte do quadro de bibliotecas da Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ABCD), que gerencia o catálogo online dos acervos das bibliotecas das Unidades, Institutos e Museus da Universidade (Sistema Dedalus). Sendo assim, a consulta ao acervo bibliográfico da BBM é feita através deste catálogo.

Em um primeiro momento, a equipe considerou que, uma vez publicado o catálogo da Coleção Cisplatina, ele seria incluído, enquanto publicação, no Dedalus, que possibilita, entre outras funcionalidades, a inclusão do *link* para acesso online ao documento. Esta seria mais uma forma de divulgação da coleção.

Mas seria possível fazer um pouco mais? Se a ideia era dar maior visibilidade às coleções pertencentes ao arquivo da BBM, seria possível incluir os documentos no Dedalus? A BBM conta, em seu site, com uma biblioteca digital. Seria possível incorporar os documentos da Coleção Província Cisplatina a esta biblioteca? Neste caso, como seria preservada a unidade da coleção, fundamental para os padrões arquivísticos? E, em caso afirmativo, seria possível estabelecer, a partir desta experiência, parâmetros para o tratamento de coleções similares existentes no acervo da biblioteca?

5.1. Acervos arquivísticos em bibliotecas

Para responder às questões acima, um primeiro passo foi a realização de um levantamento junto a bibliotecas que possuem coleções de manuscritos e/ou arquivos, a fim de verificar os procedimentos adotados por elas. Além de investigar como estas instituições procedem com relação à catalogação dos conjuntos documentais arquivísticos, nos interessava também verificar se elas utilizam o formato MARC, uma vez ser este o formato adotado no Dedalus para descrição bibliográfica de seus recursos.

O formato MARC foi desenvolvido pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos na década de 1960, com o objetivo de possibilitar, de forma automatizada, a padronização de dados das descrições bibliográficas. Em 1999, surgiu o MARC 21, destinado ao uso internacional.

O formato MARC 21 para dados bibliográficos contém especificações de formato para codificar elementos de dados necessários para descrever, recuperar e controlar várias formas de material bibliográfico. [...] As especificações MARC 21 são definidas para livros, seriados, arquivos de computador, mapas, música, materiais visuais e materiais mistos. (LIBRARY OF CONGRESS, 1996, tradução nossa).

A busca foi realizada nos sites de bibliotecas, escolhidas por sua importância e representatividade. Não se pretendeu, nesta pesquisa, esgotar o universo de bibliotecas, nem mesmo estabelecer qualquer tipo de amostragem. Sites de arquivos foram intencionalmente descartados neste levantamento, uma vez que o objetivo foi o de verificar como bibliotecas que possuem acervos similares ao existente no Arquivo da BBM disponibilizam online as informações referentes a esta documentação. Foram selecionadas as seguintes bibliotecas: Biblioteca Nacional do Brasil, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional da França, Biblioteca Pública de Nova York (EUA), Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, conforme sistematizado no Quadro 8:

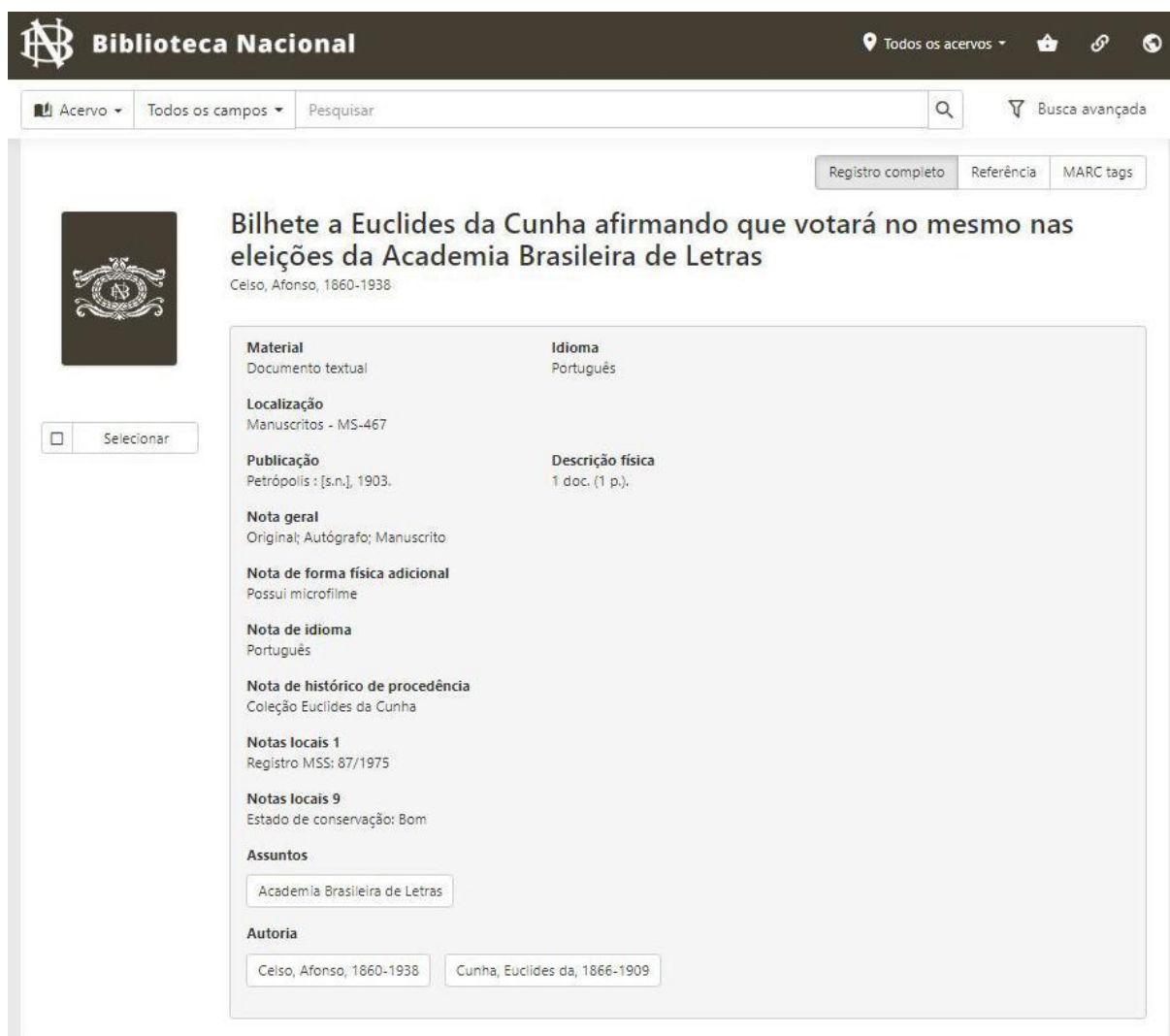
Quadro 8 - Bibliotecas que possuem coleções arquivísticas em seus acervos

Biblioteca	Biblioteca Nacional – Brasil	Biblioteca Nacional - Portugal	Biblioteca Nacional – França	Biblioteca Pública - Nova York - EUA	Biblioteca do Congresso – EUA
Site	https://www.bn.gov.br/	http://www.bnportugal.gov.pt/	https://www.bnf.fr/fr/	https://www.nypl.org/	https://www.loc.gov/
Pesquisa catálogo	https://acervo.bn.gov.br/sophia_web	https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=	https://www.bnf.fr/fr/bnf-catalogue-general	https://www.nypl.org/research	https://catalog.loc.gov/
Pesquisa documentos arquivo	Mesma do catálogo	Mesma do catálogo	https://archives.veetmanuscripts.bnf.fr/	https://archives.nypl.org/	Pelo catálogo e pelos instrumentos de pesquisa
Biblioteca digital	http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/	https://purl.pt/24275	https://gallica.bnf.fr/	https://digitalcollections.nypl.org/	https://www.loc.gov/collections/
Pesquisa integrada nas bases	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Tags MARC	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Publicação instrumentos de pesquisa	Somente guia do acervo do setor de manuscritos: https://www.bn.gov.br/publicacoes/guia-colecoes-divisao-manuscritos-biblioteca-nacional	Não	Em fase de transição para catálogo virtual do setor de manuscritos e arquivos	Disponíveis a partir da base de dados do setor de arquivos e manuscritos	https://findingaids.loc.gov/
Informações adicionais	Não há link para Biblioteca Digital e vice-versa. Não há correspondência entre registros da Biblioteca Digital e do Catálogo	Conectada também com o Registo Nacional de Objectos Digitais (RNOD)	Descrição chega no nível do item apenas na biblioteca digital	O site informe que é possível pesquisar alguns documentos de arquivo no catálogo geral	A descrição arquivística abrange os processos duplos de catalogação e produção de instrumentos de pesquisa

Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional da França, Biblioteca Pública de Nova York, Biblioteca do Congresso (EUA). Compilado pela autora

A Biblioteca Nacional do Brasil informa, em seu site, que seu acervo está dividido da seguinte forma: cartografia, iconografia, manuscritos, música e arquivos sonoros, obras gerais, obras raras, periódicos, obras de referência e coleções. Não faz referência especificamente a um setor de arquivo, mas seu setor de manuscritos “abriga mais de 900 mil documentos, incluindo arquivos pessoais, institucionais, históricos e obras literárias, [...]. Os originais, datados desde o século XI até os dias de hoje, abrangem tanto peças avulsas quanto encadernadas”. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2022). O site informa ainda que 240 coleções estão registradas e catalogadas, com inventários detalhados. Estes inventários, em sua forma editorial, contudo, não estão disponibilizados online. A consulta ao acervo é feita através da base de dados da instituição, que possibilita o acesso simultâneo a todos os acervos; as *tags* do formato MARC são disponibilizadas. Os documentos são descritos individualmente, constando no registro a informação à qual coleção pertencem. Embora parte dos documentos disponíveis no catálogo estejam disponíveis na biblioteca digital, não há remissão de um para outro, e nota-se, pelas *tags* do MARC, que os registros não são aproveitados. Também na biblioteca digital os documentos são apresentados individualmente, não sendo possível sua visualização em conjunto. A Figura 7 mostra o registro de um documento da coleção de Euclides da Cunha:

Figura 7 - Registro de documento disponível no catálogo da Biblioteca Nacional



Biblioteca Nacional

Todos os acervos

Acervo Todos os campos Pesquisar

Busca avançada

Registro completo Referência MARC tags

Bilhete a Euclides da Cunha afirmando que votará no mesmo nas eleições da Academia Brasileira de Letras

Celso, Afonso, 1860-1938

Material
Documento textual

Idioma
Português

Localização
Manuscritos - MS-467

Publicação
Petrópolis : [s.n.], 1903.

Descrição física
1 doc. (1 p.).

Nota geral
Original; Autógrafo; Manuscrito

Nota de forma física adicional
Possui microfilme

Nota de idioma
Português

Nota de histórico de procedência
Coleção Euclides da Cunha

Notas locais 1
Registro MSS: 87/1975

Notas locais 9
Estado de conservação: Bom

Assuntos
Academia Brasileira de Letras

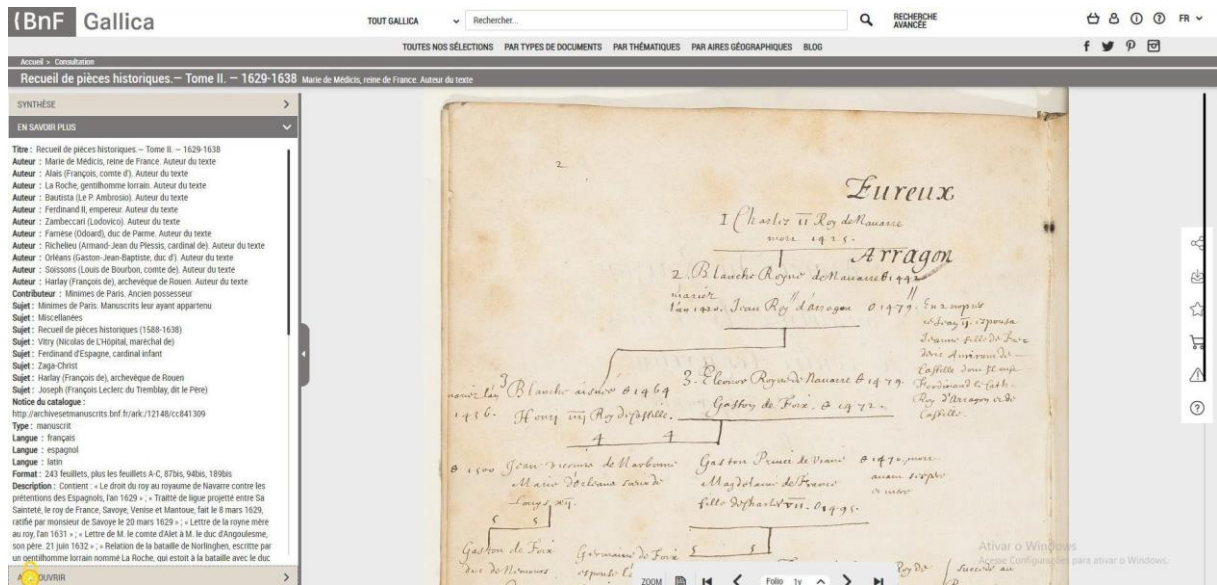
Autoria
Celso, Afonso, 1860-1938 Cunha, Euclides da, 1866-1909

Fonte: Catálogo da Biblioteca Nacional (https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/)

A Biblioteca Nacional de Portugal informa em seu site que possui “fundos diversificados que abrangem documentação de todas as épocas, tipologias e assuntos [...] apresentando, naturalmente, uma incidência especial em bibliografia portuguesa.” (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 2022). Não há indicação de instrumentos de pesquisa; a consulta ao acervo é feita através da base de dados da instituição, com acesso simultâneo a todos os acervos; as *tags* do formato MARC são disponibilizadas, e o mesmo registro está disponível na biblioteca digital, havendo *link* para o catálogo e vice-versa. A área de notas traz várias informações relativas à citação dos documentos dos registros em outras publicações. O registro apresenta ainda *links* para outras bibliotecas virtuais que disponibilizam o documento, como a Europeana, Internet Archive, e também pode ser

A Biblioteca Nacional da França disponibiliza apenas uma parcela dos seus manuscritos e documentos de arquivo em seu catálogo geral. A maior parte de seus manuscritos e fundos arquivísticos são disponibilizados em um catálogo à parte, o que impossibilita o acesso simultâneo aos acervos; não há informação sobre o formato de descrição utilizado. O catálogo apresenta uma descrição resumida do documento remetendo para a biblioteca digital, onde a descrição é mais detalhada. A Figura 9 mostra um registro da biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França:

Figura 9 - Registro de documento disponível na biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França



Fonte: Biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França (<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b104629534>)

O site da Biblioteca Pública de Nova York (*New York Public Library - NYPL*), nos EUA, disponibiliza um portal para a o setor de arquivos e manuscritos da instituição, contando atualmente com 11.359 coleções (dados de novembro de 2022), que podem ser pesquisadas também pelo catálogo geral da biblioteca. A página de resultados da busca apresenta uma descrição geral da coleção, conforme demonstra a Figura 10:

Figura 10 - Reprodução de detalhe de página de coleção da NYPL

Details	
Description	1.4 lin. ft.
Subjects	Slavery > Angola Slavery > Brazil Slavery > Portugal Slave trade > Brazil Slavery > Law and legislation Slave trade > Portugal
Language (note)	Portuguese and Spanish.
Processing Action (note)	Surveyed Accessioned Cataloging updated
Call Number	Sc MG 230
Title	Brazil miscellaneous collection, 1751-1888.
Summary	Historic documents pertaining to slavery in Brazil including a royal Portuguese decree regarding punishment of slaves using forbidden weapons, 1756; ten laws dealing with various aspects of slavery, mainly in Brazil and Angola, 1751-1773; instructions to the captain of a Portuguese schooner regarding slave traffic, 1845; account book of a Brazilian official with list of slaves, their provenance, and cost, 1813; a royal Portuguese decree regarding the slave trade, 1807; Brazilian bills of sale for slaves, 1813; a manuscript of an officer moving to Portugal, 1813; and a printed decree regulating the forced draft of slaves into the Armed Forces, 1813.
Language	Portuguese and Spanish.
Connect to:	NYPL Digital Collections Finding aid
Research Call Number	Sc MG 230
View in Legacy Catalog	

Fonte: Biblioteca Pública de Nova York (<https://www.nypl.org/research/research-catalog/bib/b11447971>)

A partir desta página, é possível acessar tanto o instrumento de pesquisa relativo à coleção pesquisada (inclusive com opção de impressão) quanto seu conteúdo na biblioteca digital, onde há a descrição individualizada dos documentos apresentada de forma multinível, de maneira a visualizá-lo em seu contexto, conforme demonstram as Figuras 11 e 12:

Figura 11 - Reprodução de detalhe de página de instrumento de pesquisa da NYPL



THE NEW YORK PUBLIC LIBRARY
ARCHIVES & MANUSCRIPTS

Brazil miscellaneous collection

1751-1888

OVERVIEW
DETAILED DESCRIPTION
PRINTABLE (PDF) VERSION
CONTACT THE DIVISION

Collection Overview
Digital Assets
Administrative information
Key terms
Using the collection

Call number Sc MG 230

Physical description 0.33 linear feet (2 boxes)

Language Multiple languages; In Portuguese and Spanish.

Preferred Citation [Item], Brazil miscellaneous collection, Sc MG 230, Schomburg Center for Research in Black Culture, Manuscripts, Archives and Rare Books Division, The New York Public Library

Repository Schomburg Center for Research in Black Culture, Manuscripts, Archives and Rare Books Division

Access to materials Request an in-person research appointment.

This collection consists of historic documents pertaining to slavery in Brazil including a royal Portuguese decree regarding punishment of slaves using forbidden weapons, 1756; ten laws dealing with various aspects of slavery, mainly in Brazil and Angola, 1751-1773; instructions to the captain of a Portuguese schooner regarding slave traffic, 1845; account book of a Brazilian official with list of slaves, their provenance, and cost, 1813; a royal Portuguese decree regarding the slave trade, 1807; Brazilian bills of sale for slaves, 1813; a manuscript of an officer moving to Portugal, 1813; and a printed decree regulating the forced draft of slaves into the Armed Forces, 1813.

DIGITAL ASSETS



73 Images

ADMINISTRATIVE INFORMATION

SOURCE OF ACQUISITION
Purchased from Oscar Schreyer and Libreria De Antaño, Buenos Aires, 1984-1990; gift from H. L. Hoffenberg, 1985.

REVISION HISTORY
Finding aid updated by Lauren Stark. (2021 January 27)

Fonte: Biblioteca Pública de Nova York (<https://archives.nypl.org/scm/20549#overview>)

Figura 12 - Reprodução de detalhe de página da biblioteca virtual da NYPL



To prevent the impious and inhuman abuse being perpetuated in some provinces of Portugal on prisoners

TYPE OF RESOURCE: text | GENRE: Laws | DATE CREATED: 1773

DIVISION: Schomburg Center

[More Details](#) [Cite This Item](#)

IMAGE ID: 5367000 | PERMALINK: <https://digitalcollections.nypl.org/items/5367000>

DOWNLOAD OPTIONS: 750px, 1600px, 2560px, Original, Art Print

All download options are free to use without restriction.

LIBRARY DIVISION & COLLECTION WITH THIS ITEM:

LIBRARY DIVISION
SCHOMBURG CENTER FOR RESEARCH IN BLACK CULTURE, MANUSCRIPTS, ARCHIVES AND RARE BOOKS DIVISION

COLLECTION
BRAZIL MISCELLANEOUS COLLECTIONS

SUB-COLLECTION
TEN 18TH-CENTURY ROYAL PORTUGUESE LAWS



THIS ITEM



VIEW THIS ITEM ELSEWHERE:

ARCHIVES & MANUSCRIPTS

Archives & Manuscripts provides a way to search The New York Public Library's vast holdings, initiate a research visit, submit a query to an archivist, and access digitized material.

[View this item in the NYPL Archives](#)

NYPL CATALOG

This catalog provides online access to our holdings. Cataloging of the collection is ongoing and new entries are continually added.

[View this item in the NYPL Catalog](#)

ITEM DATA

CITE THIS ITEM

TITLE

To prevent the impious and inhuman abuse being perpetuated in some provinces of Portugal on prisoners
Additional title: Portuguese law declaring all blacks born after its publication free, January 16, 1773.

COLLECTION

Brazil Miscellaneous Collections
Ten 18th Century Royal Portuguese Laws

DATES / ORIGIN

Além de disponibilizar seus documentos de forma bastante similar à oferecida pela NYPL, a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos dedica, em seu site, um espaço para esclarecer de que forma procede com relação a seus documentos de arquivo:

Arquivos e coleções de manuscritos existem em toda a Biblioteca do Congresso, abrangendo uma ampla variedade de tipos de materiais e assuntos. A descrição arquivística abrange os **processos duplos de catalogação e produção de instrumentos de pesquisa**. Repositórios de arquivo, como a Biblioteca do Congresso, criam rotineiramente inventários, registros, índices e guias detalhados para descrever suas coleções de materiais de fonte primária. Esses instrumentos de pesquisa fornecem uma visão abrangente do escopo e do conteúdo de uma coleção. Eles definem as condições sob as quais uma coleção pode ser acessada ou copiada, explicam sua proveniência e contêm histórias de indivíduos e organizações ligadas à coleção. Descrições das coleções de arquivos da Biblioteca do Congresso também podem ser pesquisadas no Catálogo Online da Biblioteca do Congresso. Muitas coleções arquivísticas da Biblioteca do Congresso são descritas por meio de instrumentos de busca impressos disponíveis apenas em salas de leitura individuais. (LIBRARY OF CONGRESS, 2022, tradução nossa, grifo nosso).

Embora apresentando abordagens diferentes, foi possível concluir que todas as bibliotecas pesquisadas optaram por incluir os documentos de coleções arquivísticas em seus catálogos. O que varia são as soluções encontradas por elas para contextualizá-los em seu conjunto documental, de acordo com os recursos tecnológicos de que cada uma dispõe. Pelo menos duas destas bibliotecas (NYPL e Biblioteca do Congresso) adotaram como solução dar acesso aos instrumentos de pesquisa das coleções arquivísticas (inventários, catálogos) através de suas bases de dados, como forma de divulgar o acervo, preservando a configuração original da descrição da coleção.

5.2 Coleção Província Cisplatina: inserção no Dedalus

Após o levantamento descrito acima, foi possível também confirmar que algumas bibliotecas que possuem seções de manuscritos e arquivos utilizam o MARC. Uma vez que este é o formato utilizado pelo Dedalus, o passo seguinte foi verificar se havia compatibilidade entre as informações coletadas para elaboração dos verbetes do catálogo da Coleção Província Cisplatina com as utilizadas pelo Sistema Dedalus e, em caso afirmativo, avaliar se seria viável solicitar a exportação destas informações diretamente para o Dedalus.

Tomando como base o manual de aplicação do MARC 21 para o Dedalus, desenvolvido pelo Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

(2011), foi possível elaborar uma tabela comparativa entre os campos disponíveis no MARC 21 e os utilizados na ficha de coleta de informações para elaboração dos verbetes da Coleção Província Cisplatina, conforme apresentado no Quadro 9:

Quadro 9 - Campos da ficha da Coleção Província Cisplatina e Campos MARC 21 (continua)

Planilha Coleção Cisplatina	Campos Marc 21	Exemplo 1	Exemplo 2	Observações
Número listagem original	Sem correspondência	98	97	
Descrição listagem original	245 (Título)	[Estado Mensual de Ingressos]	[Oficio de D. Antonio Gabito a D. Juan J. Durán. Montevideo]	Título atribuído, disponível na capa dos volumes
Notação	---	M1h/00870	M1h/00872	Localização - Não é campo MARC
Descrição (verbo do catálogo)	520 (Nota de resumo)	1823, febrero, 1º, Montevideo - 1823, noviembre, 3, Montevideo. QUADROS DEMONSTRATIVOS (em espanhol, cópias impressas, 8p.) (8) intitulados “Aduana Nacional de Montevideo”, contendo a declaração mensal de renda produzida por diferentes setores da aduana e os repasses efetuados, assinados por Jose Maria de Roo e Miguel Furriol.	1823, Enero, 10, Montevideo CARTA (em espanhol, original manuscrito, 1p.) de Antonio Gabito ao Governador Intendente Interino de Montevideo, Juan José Durán, informando estar muito doente e que, por este motivo, não seria possível cumprir compromissos previamente acordados.	
Datas-limite	260 (Imprensa c)	01/02/1823 - 03/11/1823	10/01/1823	
Data tópica	260 (Imprensa a)	Montevideu	Montevideu	
Tipo documental	Sem correspondência	Quadro demonstrativo	Carta	

Quadro 10 - Campos da ficha da Coleção Província Cisplatina e Campos MARC 21 (conclusão)

Planilha Coleção Cisplatina	Campos Marc 21	Exemplo 1	Exemplo 2	Observações
Idioma	041 (Código de idioma)	Espanhol	Espanhol	
Manuscrito/Impresso	Sem correspondência - Se for manuscrito, deve entrar em 245 h - [DGM]			Informação entra no campo 520, no corpo do verbete
Original/cópia	Sem correspondência	Cópia	Original	Informação entra no campo 520, no corpo do verbete
Quantidade de páginas	300 (descrição física a)	4 p.	1 p.	
Sem correspondência	300 (descrição física a)	23 X 31,5 cm	33,5 X 21 cm	
Quantidade de documentos	Sem correspondência	8	1	Informação entra no campo 520, no corpo do verbete
Indexação	600 - Assunto - nome principal 650 - Assunto - Termo tópico 651 - Assunto - Locais geográficos e Históricos	ALFÂNDEGA MONTEVIDÉU ROO, Jose Maria de FURRIOL, Miguel	DURÁN, Juan José GABITO, Antonio	A indexação no Sistema Dedalus é feita a partir do Vocabulário Controlado da USP (ver detalhamento a seguir)

Fonte: Planilha de coleta de dados da Coleção Província Cisplatina e UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2011)

Com base no levantamento apresentado acima, foi possível concluir que as informações coletadas na planilha poderiam ser um ponto de partida para a inserção de registros no Dedalus, mas que elas eram insuficientes para o preenchimento dos mesmos, e tampouco seria possível sua exportação automática. Isto porque algumas das informações que poderiam ser incorporadas ao registro no Dedalus não faziam parte da coleta de dados previamente realizada para a elaboração do catálogo, ou estavam concentradas no corpo da descrição do documento.

Além disso, por se tratar de uma biblioteca de obras raras, a equipe da BBM preza pela inserção de informações adicionais nos registros dos documentos, tais como notas relativas a referências (por exemplo, citação dos documentos impressos em bibliografias especializadas), ou informações sobre datas de início e fim de circulação de periódicos. É recomendável também a inserção de informações sobre o tipo de encadernação dos volumes e uma descrição detalhada de outras marcas existentes nos documentos, como carimbos, anotações manuscritas etc. Sendo assim, optou-se por aproveitar todas as informações coletadas para a elaboração dos verbetes, e procedeu-se à inserção individualizada de cada volume da coleção no Dedalus, acrescentando-se informações adicionais, quando necessário, conforme demonstrado no Quadro 11 e nas Figuras 13 e 14:

Quadro 11 - Verboete nº 87 da Coleção Província Cisplatina

87.	1822, noviembre, 4, Montevideo ESCRITO (em espanhol, impresso, Imprenta de Torres, 3p) intitulado “El Conciliador o El Amigo de la Paz a los Nuevos Publicistas”, no qual o autor critica posições da imprensa e se pergunta, relativamente à Banda Oriental, como ela, que tendo sido invadida pelo rei de Portugal, agora deveria continuar como pertencendo ao Império do Brasil, ou deveria ser independente ou ainda se deveria unir-se a Buenos Aires e demais regiões platinas. (M1h/001041)
------------	--

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Catálogo da Coleção Província Cisplatina (M1h/00980)

Figura 13 - Tela de registro de documento da Col. Província Cisplatina no Dedalus (padrão)

No. Registro	003097917
Tipo de material	FOLHETO
Título	<u>El conciliador o el amigo de la paz a los publicistas.</u>
Imprenta	Montevideu : Imprenta de Torres, 1822.
Descrição	2 f. : 31,5 X 22 cm
Idioma	Espanhol
Resumo	1822, noviembre, 4, Montevideo. Escrito (cópia impressa) no qual autor identificado como "El amigo de la paz" critica posições da imprensa e se pergunta, relativamente à Banda Oriental, como ela, que tendo sido invadida pelo rei de Portugal, agora deveria continuar como pertencendo ao Império do Brasil, ou deveria ser independente ou ainda se deveria unir-se a Buenos Aires e demais regiões platinas.
Nota Local	O exemplar da BBM pertence à Coleção Província Cisplatina O exemplar da BBM está encadernado em meio couro marrom O exemplar da BBM possui várias folhas em branco
Assunto	<u>HISTÓRIA DO BRASIL -- SÉCULO 19 -- PROVÍNCIA CISPLATINA</u> <u>HISTÓRIA DO URUGUAI -- ASPECTOS POLÍTICOS -- SÉCULO 19</u> <u>JORNALISMO -- CRÍTICA</u>

Fonte: Dedalus – Banco de Dados Bibliográfico da USP

(https://dedalus.usp.br/F/BT1CR34FS28QQ9P9V15SH213EJ8Y7DD9AE9HJSDCM2HSLGEJ4N-43930?func=full-set-set&set_number=003984&set_entry=000001&format=999)

Figura 14 - Tela de registro de documento da Col. Província Cisplatina no Dedalus (MARC)

FMT	BK
LDR	00000nam a22 a 4500
BAS	a 01
008	220927s1822 uy 000 0 spa d
040	a USP/SIBI
0410	a SPA
044	a uy
24503	a El conciliador o el amigo de la paz a los publicistas
260	a Montevideu b Imprenta de Torres c 1822
300	a 2 f c 31,5 X 22 cm
5100	a O documento é citado em CARVALHO, José Murilo, BASTOS, Lúcia, BASILE, Marcello (org.). Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, vol. 4, pág. 549
520	a 1822, noviembre, 4, Montevideo. Escrito (cópia impressa) no qual autor identificado como "El amigo de la paz" critica posições da imprensa e se pergunta, relativamente à Banda Oriental, como ela, que tendo sido invadida pelo rei de Portugal, agora deveria continuar como pertencendo ao Império do Brasil, ou deveria ser independente ou ainda se deveria unir-se a Buenos Aires e demais regiões platinas.
590	a O exemplar da BBM pertence à Coleção Província Cisplatina
590	a O exemplar da BBM está encadernado em meio couro marrom
590	a O exemplar da BBM possui várias folhas em branco
650 7	a HISTÓRIA DO BRASIL y SÉCULO 19 z PROVÍNCIA CISPLATINA 2 larpcal
650 7	a HISTÓRIA DO URUGUAI x ASPECTOS POLÍTICOS y SÉCULO 19 2 larpcal
650 7	a JORNALISMO x CRÍTICA 2 larpcal

Fonte: Dedalus – Banco de Dados Bibliográfico da USP

https://dedalus.usp.br/F/BT1CR34FS28QQ9P9V15SH213EJ8Y7DD9AE9HJSDCM2HSLGEJ4N-45770?func=full-set-set&set_number=003984&set_entry=000001&format=001

A indexação dos documentos feita para o catálogo (instrumento de pesquisa) da coleção, contudo, não pôde ser incluída no Dedalus. Isto porque os termos utilizados para indexação dos registros que entram no sistema devem seguir o Vocabulário Controlado da USP. Por se tratar de um vocabulário destinado a toda a comunidade acadêmica atendida pela Universidade, ele não teria como atingir a especificidade dos termos usados na indexação dos documentos da coleção. Observou-se logo de início, por exemplo, que o termo "Província Cisplatina" não fazia parte da lista de assuntos/locais geográficos e históricos do vocabulário. Havia, contudo, o termo "Guerra Cisplatina", evento histórico ocorrido entre 1825 e 1828, durante o período em que a Província Cisplatina fazia parte do território nacional. Sendo assim, foi solicitado à Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais da USP (ABCD) a inclusão do termo PROVÍNCIA CISPLATINA no vocabulário controlado da instituição.

Por outro lado, por se tratar de documentação de caráter histórico, muitas vezes não existem, no vocabulário controlado da USP, termos que possam ser aplicados à documentação que está sendo indexada, sob pena de se atribuir termos que, embora similares, podem não ser

equivalentes. “Cabildo”, por exemplo, era a instituição que, na América colonial espanhola, administrava a cidade, o local onde questões políticas, econômicas e sociais eram resolvidas. Seria algo similar, porém não sinônimo, ao que conhecemos hoje como Câmara Municipal. Não há, no Vocabulário Controlado da USP, termo que possa ser utilizado para indexar assuntos relativos a este tema. O Quadro 12 apresenta um comparativo entre a indexação feita para o catálogo da coleção e a que foi aplicada no registro no Dedalus:

Quadro 12 - Indexação no catálogo da Col. Província Cisplatina e no Dedalus (continua)

Verbetes	Indexação catálogo	Indexação Dedalus
16. 1817, março, 6, Rio de Janeiro. NOTÍCIA (em português, cópia impressa, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1p.) publicada na Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro n.º 01, resumindo ofícios do Tenente General Carlos Frederico Lecor que relatavam sua ação à frente das tropas portuguesas em território da Banda Oriental desde Maldonado até a tomada de Montevideú e transcrevendo, em tradução para o português, ofício do Cabildo desta cidade dirigido àquele General, apoiando a proposta de paz e segurança assegurada pelo General Lecor. (M1h/00972)	CABILDO DE MONTEVIDÉU; GAZETA DO RIO DE JANEIRO, periódico; GUERRA CONTRA ARTIGAS ; IMPRENSA; MONTEVIDÉU, ocupação; PROVÍNCIA ORIENTAL DO RIO DA PRATA; LECOR, Carlos Frederico	HISTÓRIA DO BRASIL - SÉCULO 19; HISTÓRIA DO URUGUAI - SÉCULO 19 - MONTEVIDÉU
76. 1822, abril, 19, Lisboa CRÍTICA (em português, cópia impressa, Typographia de M.P. de Lacerda, 3p.) feita pelo Major do Exército do Brasil, Rodrigo Pinto Bizarro, ao parecer exarado nas Cortes Portuguesas pela Comissão Especial Militar e de Fazenda acerca dos oficiais do Exército do Brasil regressados a Portugal, julgando o autor que o parecer não fazia a devida distinção entre os militares do Brasil e os de Portugal quanto aos soldos, serviços, vantagens etc. No final há menção aos que serviram em várias partes do Brasil, inclusive no Rio da Prata. (M1h/001031)	CORTES GERAIS E EXTRAORDINÁRIAS DA NAÇÃO PORTUGUESA; DIVISÃO DE VOLUNTÁRIOS REAIS DO REI; EXÉRCITO, oficiais; MILITARES; SOLDOS; BIZARRO, Rodrigo Pinto	HISTÓRIA DO BRASIL - SÉCULO 19 - PROVÍNCIA CISPLATINA; HISTÓRIA DO URUGUAI - SÉCULO 19; HISTÓRIA DE PORTUGAL - SÉCULO 19; MILITARES

Quadro 13 - Indexação no catálogo da Col. Província Cisplatina e no Dedalus (conclusão)

Verbetes	Indexação catálogo	Indexação Dedalus
166 - 1828, agosto, 27, Rio de Janeiro – 1828, outubro, 6, Montevideo 166.1. 1828, agosto, 27, Rio de Janeiro - OFÍCIO (em português, original manuscrito, 1p.) de Thomas Garcia Zuñiga [Presidente de Província Cisplatina para o [Governador Intendente da Província Cisplatina] Juan José Durán encaminhando cópia da Convenção Preliminar de Paz entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. 166.2. 1828, outubro, 6, Montevideo - CONVENÇÃO Preliminar de Paz (em português, cópia impressa, 3p.) celebrada entre D. Pedro I, imperador do Brasil e o Governo da República das Províncias Unidas do Rio da Prata, declarando a Província de Montevideu, chamada Província Cisplatina, separada do território do império do Brasil, constituindo-se em Estado livre e independente	CONVENÇÃO PRELIMINAR DE PAZ; INDEPENDÊNCIA DO URUGUAI; IMPÉRIO DO BRASIL; GUERRA DA CISPLATINA; PROVÍNCIA CISPLATINA, independência; PROVÍNCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA; REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI; DURÁN, Juan José; GARCIA DE ZÚÑIGA, Tomás; PEDRO I, imperador do Brasil	HISTÓRIA DO BRASIL - SÉCULO 19 - PROVÍNCIA CISPLATINA; HISTÓRIA DO URUGUAI - SÉCULO 19; TRATADOS DE PAZ - BRASIL - ARGENTINA; GUERRA CISPLATINA; TERRITÓRIO - URUGUAI

Fonte: Catálogo da Coleção Província Cisplatina e registros do Dedalus - USP

Em todos os registros do Dedalus, foi acrescentada a nota local “o exemplar da BBM pertence à Coleção Província Cisplatina”, de forma a ser possível relacionar, se desejado, todos os documentos pertencentes a esta coleção. Quando o catálogo impresso for publicado, será inserida a URL (*Uniform Resource Locator*, ou, em português, Localizador Uniforme de Recursos) para a sua versão digital em todos os registros, de forma a possibilitar que o usuário tenha uma visão do conjunto dos documentos da coleção.

5.3 A Coleção Província Cisplatina na Biblioteca Digital da BBM

A BBM conta, em seu site, com uma área destinada à sua Biblioteca Digital (<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1>), onde estão disponíveis relatos de viajantes e literatura brasileira, mapas, iconografia, obras de referência, manuscritos, periódicos e folhetos, entre outros. Atualmente, cerca de 3.500 itens estão disponíveis (dados de novembro de 2022), que podem ser consultados na íntegra diretamente no site ou baixados sem custo. O

usuário que se interessar por algum item do acervo que não esteja digitalizado pode solicitar sua inclusão na biblioteca digital, desde que a obra esteja em domínio público, e que o processo de digitalização não prejudique sua integridade física.

A escolha da ordem dos materiais para integrar a Biblioteca Digital passa também por questões relativas à preservação. Materiais cujo acesso físico pode acarretar danos, como livros ou periódicos com páginas soltas ou muito frágeis, ou que apresentam instabilidade por algum agente de degradação, como manuscritos que sofrem corrosão pela ação de tinta ferrogálica, por exemplo, têm prioridade.

Outros materiais que não se enquadram nas duas prioridades descritas acima, entram no fluxo de digitalização de acordo com demandas estabelecidas pela equipe de processamento técnico.

A Coleção Província Cisplatina possui alguns volumes que necessitam de atenção do ponto de vista de sua preservação, o que os qualifica para entrar na lista de prioridades para digitalização. Mas, independentemente do seu estado de conservação, houve um consenso da equipe técnica de que seria interessante iniciar seu processo de digitalização, de forma a sistematizar uma metodologia de descrição de coleções arquivísticas similares do acervo da BBM, e sua disseminação.

Foi criada uma área específica para a Coleção Província Cisplatina dentro da Biblioteca Digital, que pretende reunir, em um único espaço, todos os volumes da coleção. Desta maneira, ao final do processo de digitalização, todos os documentos descritos no catálogo (instrumento de pesquisa) estarão reunidos e disponíveis digitalmente. A Figura 15 mostra a área de acesso à Coleção Província Cisplatina na Biblioteca Digital da BBM; a Figura 16 mostra um exemplo de documento:

Figura 15 - Tela de entrada da Biblioteca Digital da BBM para a Col. Província Cisplatina

Biblioteca Brasileira

Guita e José Mindlin

Página inicial do Acervo Digital

Buscar no acervo digital

Idioma ▾

Acervo Digital

Cisplatina : [3] Página principal da coleção



Conjunto documental do início do século XIX, referente ao período de ocupação das tropas luso-brasileiras na então chamada Banda Oriental do Rio Uruguai.

Navegar

Data do documento

Todos os autores

Título

Assunto

Assunto nome pessoal

Cobertura geográfica

Lingua

Tem parte de

Parte de

Relacionado com

Autor secundário

Vinculado com

Assinar esta coleção para receber notificações por e-mail de cada item inserido

Assinar

Itens da coleção (Ordenado por Data de depósito em ordem Descendente): 1-3 de 3

Pré-visualização	Data do documento	Título	Autor(es)

Sugestões de pesquisa

Autor

Durán, Juan José 1

Giró, Juan J. 1

Mello, Gonçalo Gomes de 1

Assunto

HISTÓRIA DO URUGUAI 3

HISTÓRIA DO BRASIL 2

ANEXAÇÃO DE TERRITÓRIO 1

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS 1

GEOPOLÍTICA LUSO-BRASILEIRA 1

GUERRA CISPLATINA 1

SEGURANÇA PÚBLICA 1

Data de Publicação

1819 1

1827 1

1829 1

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo Digital (<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/8048>)

Figura 16 - Tela de registro de volume da Col. Província Cisplatina na Biblioteca Digital da BBM






Biblioteca Brasileira *Cuita e José Mindlin*  Página inicial do Acervo Digital


Idioma 

Acervo Digital | Cisplatina

Autor: Mello, Gonçalo Gomes de

Título: [Edicto sobre toque de queda]

Local de Publicação: Montevideu

Editor: [s.n.]

Data do documento: 1829

Suporte Físico: 1 f, 32 X 22,5 cm

Conteúdo Geral: 1829, enero, 3. Montevideo. Bando (original manuscrito) do alcaide Gonçalo Gomes de Mello informando sobre toque de recolher em Montevideu, devido ao aumento no número de roubos.

Nota Local: O exemplar da BBM pertence à Coleção Província Cisplatina
O exemplar da BBM está encadernado em couro bege
O manuscrito é composto por 1 folha dobrada

Tipo: LIVRO

Idioma: spa

Assunto: HISTÓRIA DO URUGUAI
SEGURANÇA PÚBLICA

Cobertura Temporal: SÉCULO 19

Cobertura geográfica: MONTEVIDÉU

Aparece nas coleções: Cisplatina

Arquivos associados a este item:

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo Digital (<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/8049>)

Uma vez criado o registro na Biblioteca Digital, é possível inserir sua URL no Dedalus, conforme demonstrado na Figura 17:

Figura 17 – Registro Dedalus com *link* para biblioteca digital

Identificação		Preferências		Catálogos	Fale Conosco	Encerrar Sessão	
Buscas	Resultados	Buscas Anteriores	Meus Docs.	Histórico	Vocabulário	Ajuda	
Adicionar Reg. Meus Docs.		Localizar		Salvar / E-mail			

Registro Completo

Escolher formato: [Padrão](#) | [Ficha](#) | [Formato Reduzido](#) | [Nomes MARC](#) | [Campos MARC](#)

Registro 1 de 1 [Registro Ant.](#) [Próx. Registro](#)

No. Registro	003095377
Tipo de material	LIVRO
Entrada Principal	Mello, Gonçalo Gomes de
Título	[Edicto sobre toque de queda]. [manuscrito].
Imprensa	Montevideu : [s.n.], 1829.
Descrição	1 f. : 32 X 22,5 cm
Idioma	Espanhol
Resumo	1829, enero, 3, Montevideo. Bando (original manuscrito) do alcaide Gonçalo Gomes de Mello informando sobre toque de recolher em Montevideu, devido ao aumento no número de roubos.
Nota Local	O exemplar da BBM pertence à Coleção Província Cisplatina O exemplar da BBM está encadernado em couro bege O manuscrito é composto por 1 folha dobrada
Assunto	HISTÓRIA DO URUGUAI -- SÉCULO 19 -- MONTEVIDÉU SEGURANÇA PÚBLICA
Localiz.Eletrônica	Clique aqui para ter acesso à obra na BBM Digital
Acervo Geral	Todos os itens
Itens na Biblioteca	BBM-Bib. Brasileira Mindlin 

Escolher formato: [Padrão](#) | [Ficha](#) | [Formato Reduzido](#) | [Nomes MARC](#) | [Campos MARC](#)

[Registro Ant.](#) [Próx. Registro](#)

Fonte: Dedalus – Banco de Dados Bibliográfico da USP

Assim, partindo da elaboração do instrumento de pesquisa (Catálogo da Coleção Província Cisplatina), e utilizando os recursos disponíveis na instituição, acreditamos ter sido possível implementar diferentes formas de acesso ao conteúdo do arquivo da BBM, de maneira a ampliar a divulgação de seu acervo a mais usuários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nascidas de uma mesma origem na Antiguidade, bibliotecas e arquivos chegaram ao século XXI separados em áreas distintas do conhecimento: a Arquivologia e Biblioteconomia. Esta pesquisa procurou examinar pontos de aproximação e divergência entre as metodologias utilizadas por bibliotecas e arquivos para descrever seus documentos. Mais do que buscar as diferenças, nos interessou seus pontos em comum, aquilo que de melhor pode ser utilizado para possibilitar o acesso à informação a um maior número de usuários. Isto não significa abandonar princípios norteadores do fazer de cada uma das áreas, mas, ao contrário, entender como é possível estabelecer pontes.

Neste trabalho se buscou, a partir de uma metodologia já estabelecida para descrição de coleções arquivísticas – a elaboração de um instrumento de pesquisa, no caso o Catálogo da Coleção Província Cisplatina – ampliar as formas de acesso a seu conteúdo. Isto foi facilitado, por uma série de fatores:

- a) O conjunto documental trabalhado é uma coleção, ou seja, sua descrição deve ser individualizada.
- b) Em algum momento de sua trajetória, antes da chegada à BBM, esta coleção foi encadernada em volumes.
- c) Trata-se de uma coleção arquivística pertencente ao arquivo de uma biblioteca, que, por sua vez, tem seu acervo disponibilizado em um banco de dados bibliográfico que atende a comunidade acadêmica. Além disso, a BBM dispõe de uma biblioteca digital que franqueia o acesso de seu acervo a um público mais amplo.
- d) A BBM é composta por uma equipe que prioriza a divulgação do seu acervo, mesmo com as limitações impostas por uma biblioteca de obras raras.

O levantamento realizado junto a bibliotecas que possuem documentação de arquivo demonstrou que boa parte delas já trabalha com catálogos integrados, sem, contudo, perder de vista a questão de conjunto, tão importante para coleções e fundos arquivísticos. Instrumentos de pesquisa, historicamente publicados em versões impressas, estão sendo paulatinamente transferidos para plataformas digitais com novas funcionalidades, que permitem a visualização e acesso às informações do documento tanto isoladamente como também no contexto de produção ou arranjo original.

Dentro deste quadro, a catalogação dos documentos da Coleção Província Cisplatina na base de dados bibliográficos da USP, e sua posterior publicação da versão integral dos documentos na biblioteca digital da BBM fecha um círculo: os documentos reunidos e

descritos no catálogo são inseridos individualmente no Dedalus (sempre associados à informação de que fazem parte de uma coleção), para voltar a ser reunidos em uma coleção no ambiente da biblioteca digital. Cumpre-se, a nosso ver, a tarefa de possibilitar o acesso a um público mais amplo do que seria atingido apenas com a publicação do instrumento de pesquisa.

Acreditamos que este pode ser um primeiro movimento no sentido de estabelecer uma metodologia de trabalho para organização e descrição das coleções arquivísticas existentes na biblioteca. Deve-se considerar este trabalho foi feito como um exercício, que embora plenamente implementado, foi realizado apenas com as ferramentas disponíveis na BBM. Pode, portanto, ser bastante melhorado quando houver recursos para adoção de novas tecnologias.

Algumas possibilidades de desdobramentos também se apresentam após a conclusão deste trabalho. Uma delas seria um estudo dos termos usados pelo Vocabulário Controlado da USP a partir do ponto de vista de coleções de materiais de valor histórico. A tentativa de utilização deste vocabulário para indexação deste tipo de material mostrou que o mesmo – por seu necessário caráter mais abrangente, devido à diversidade de áreas do conhecimento atendidas – se mostra insuficiente para representar alguns assuntos, seja por sua especificidade, seja porque se referem a definições não mais em uso, mas que são pertinentes dentro de seu contexto histórico.

Outra frente de trabalho poderia ser o estudo das tipologias documentais existentes nos documentos de arquivo da BBM. Foram identificados, somente na Coleção Cisplatina, 33 tipos documentais distintos. É possível imaginar que este número seja ainda maior se for considerado o conjunto total de documento do arquivo. Além dos resultados provenientes do estudo propriamente dito, o site da biblioteca poderia ser utilizado como ferramenta de divulgação do acervo, criando-se uma área que apresentasse um glossário visual de tipos documentais, de forma a tornar mais didático o entendimento do que diferencia um documento de outro.

Ainda que arquivos e bibliotecas tenham caminhado em separado durante o último século, quer nos parecer, por esta experiência, que o caminho a seguir é o de colaboração e integração, e não o de distanciamento entre as áreas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. **Revista Conhecimento em Ação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 163-185, jan/jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2737> . Acesso em 12 abr. 2022.
- ANTUNES, Cristina. Uma livraria do outro lado do Atlântico. **Revista Portuguesa de História do Livro**, v.2, n.4, 1998, p. 155-184.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da informação como campo integrador para as áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. **Informação & Informação**, v. 15, n. 1, p. 173-189, 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4744> . Acesso em 07 nov. 2022.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em 05 jun.2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992. 4 p.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 106 p.
- BELLOTO, Heloisa Liberalli. Introdução metodológica. Em NOGUEIRA, Arlinda Rocha; BELLOTTO, Heloisa Liberalli; HUTTER, Lucy Maffei. **Coleção Alberto Lamego**: catálogo dos manuscritos. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2002. 295 p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Manuscritos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2022. Disponível em <https://antigo.bn.gov.br/explore/acervos/manuscritos#:~:text=O%20Acervo%20de%20Manuscritos%20abriga,at%C3%A9%20os%20dias%20de%20hoje>. Acesso em 30 nov. 2022.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Coleções**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2022. Disponível em https://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=97&Itemid=2&lang=pt. Acesso em 30 nov. 2022.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em 05 jun.2022.

DEMPSEY, Lorcan. Scientific, industrial, and cultural heritage, a shared approach: a research framework for digital libraries, museums and archives. **Ariadne**, n.22, Jan. 2000. Disponível em: <http://www.ariadne.ac.uk/issue/22/dempsey/> . Acesso em 31 out. 2022

DODEBEI, Vera. Patrimônio e memória digital. **Revista Morpheus** - Estudos Interdisciplinares em Memória Social. Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 1-15, mar. 2015. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4759/4250>. Acesso em: 11 jun. 2022.

GARCIA, Rodrigo Moreira; LOPES, Jeanne; KANO, Eliane. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin na USP: reflexões para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento de coleções. **XII Encontro Nacional de Acervo Raro – ENAR**. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2016. Disponível em <https://antigo.bn.gov.br/producao/publicacoes/anais-biblioteca-nacional-vol138>. Acesso 20 out 2022.

HEREDIA HERRERA , Antonia. **Archivística general**: teoría y práctica. 6. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1993. 512 p.

HJØRLAND, Birger. Documents, memory institutions and information science. **Journal of documentation**, v. 56, n. 1, p. 27-41, 2000. Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Birger_Hjorland/publication/235287518_Documents_memory_institutions_and_information_science/links/00b49539471b136269000000.pdf . Acesso em 08 out. 2022.

HOMULOS, Peter. Museums to libraries. **Art libraries journal**, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTES (IFLA) (Haia). **Glossary of terms and abbreviations and useful links**. Disponível em: <https://www.ifla.org/g/bibliography/glossary-of-terms-and-abbreviations-and-useful-links-a-h/>. Acesso em 28 out. 2022.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. 457 p.

LIBRARY OF CONGRESS. **Archival description**. Washington: Library of Congress, 2022. Disponível em: <https://www.loc.gov/librarians/archival-description/> . Acesso em 30 nov. 2022.

LIBRARY OF CONGRESS. **The MARC 21 formats**: background and principles. background and principles. 1996. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/96princip1.html>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MINDLIN, José. **Destaques da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin**. São Paulo: Edusp; Brasileira Mindlin, 2013. 104 p.

MINDLIN, José e MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Conversa de dois Josés**: José Carlos

Sebe Bom Meihy entrevista José Mindlin. São Paulo: Imprensa Oficial, 2020. 184 p.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 167 p.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101> . Acesso em 31 out 2022.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramaZero**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5664> . Acesso em 07 nov. 2022.

ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. **Ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016. 146 p.

SCHELLENBERG, Theodore. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388 p.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328>. Acesso em 12 set. 2022.

SCHMIDT, Clarissa Moreira; SMIT, Johanna. Organização da informação e arquivos: diferentes perspectivas informacionais em torno do documento de arquivo. In: CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 11., 2013, Porto. **Anais...** Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 579-588.

SMIT, Johanna W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000. Disponível em <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/399/373>. Acesso em 08 out. 2022.

SMIT, Johanna W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, 1993. Disponível em <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/000866736.pdf> . Acesso em 08 out. 2022.

TAVARES, Maria de Fátima Duarte. Preservação digital: entre a memória e a história. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 1-13, 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1348>. Acesso em 06 jun. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Departamento Técnico. **MARC 21: manual para uso no DEDALUS**. São Paulo: SIBiUSP/DT, 2011. 195 p.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 346 p.

APÊNDICE A - Cronologia Província Cisplatina

Início do século 19 – Começam revoltas de independência das colônias sul-americanas

1811-1812 – tropas portuguesas invadem a Banda Oriental.

1813 – A Banda Oriental passa a denominar-se Província Oriental do Rio da Prata, tornando-se parte das Províncias Unidas do Rio da Prata. Esta denominação foi sancionada oficialmente em 1814 (projeto de José Artigas).

1816 (30 de março) – Chega ao Rio de Janeiro, vinda de Portugal, a Divisão de Voluntários Reais, comandada pelo tenente-general Carlos Frederico Lecor.

1816 (28 de agosto) – tropas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves invadem a Província Oriental do Rio da Prata.

1817 (20 de janeiro) – Montevidéu é ocupada pelas tropas do Reino Unido. Portugal, Brasil e Algarves.

1820 (22 de janeiro) – Batalha de Taquarembó - Artigas é derrotado pelos portugueses. Pouco depois, ele refugia-se no Paraguai.

1821 (18 de julho) – A Província Oriental do Rio da Prata é anexada ao território do Brasil, e passa a denominar-se Província Cisplatina, após decisão de um congresso formado por 18 cabildos da região

1821 – Após a decisão de D. Pedro de permanecer no Brasil (o chamado Dia do Fico), juntas governativas foram criadas em cada província brasileira, subordinadas diretamente a Lisboa. Uma vez que Província Cisplatina era um caso diferenciado, a junta chamava-se Conselho Militar, e era comandada pelo Brigadeiro Álvaro da Costa.

1822 – Após a independência do Brasil, as diferenças entre portugueses e defensores do novo governo vieram à tona também na Província Cisplatina. Álvaro da Costa, que comandava a Divisão dos Voluntários Reais, manteve-se fiel a D. João VI, enquanto que o general Lecor e as forças brasileiras ficaram ao lado de D. Pedro I. Em setembro, Lecor parte para Canelones, Álvaro da Costa permanece em Montevidéu.

1823 (20 de janeiro) – Tropas brasileiras, comandados pelo general Lecor e 6 navios comandados pelo capitão-de-mar-e-guerra Pedro Antônio Nunes cercam e bloqueiam Montevidéu.

1823 (18 de novembro) – Firmado acordo sobre a capitulação de Montevidéu.

1824 (28 de fevereiro) - Álvaro da Costa e a Divisão de Voluntários Reais retornam para Portugal

1824 (02 de março) – General Lecor retorna a Montevidéu.

1825 (19 de abril) – Os chamados 33 Orientais desembarcam no lado uruguaio do rio da Prata. Liderados por Juan Antonio Lavalleja, uruguaio iniciam guerra de independência contra o domínio brasileiro na província Cisplatina.

1825 (25 de agosto) – com a revolta dos 33 Orientais, a província Cisplatina declara-se independente do Brasil, unindo-se às Províncias Unidas do Rio da Prata.

1825 (10 de dezembro) – tem início a Guerra da Cisplatina, entre o império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Três interesses em jogo: do Brasil, que queria manter a posse sobre o território, de parte da população da região, que desejava a emancipação, e do governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, que pretendia que a região passasse novamente à sua esfera de controle. Devido a questões comerciais na região, a guerra não era de interesse da Inglaterra, que passa a mediar a negociação.

1826 – O General Lecor, que administrava politicamente a Cisplatina, é substituído pelo tenente-general Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, futuro barão de Vila Bela.

1828 (27 de agosto) – A Convenção de Paz entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata é assinada no Rio de Janeiro, sob a mediação de Lorde de Ponsonby, Ministro britânico. Encerra-se a Guerra Cisplatina e é formalizada a independência do Uruguai.